

DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS

31 de março de 2019

Companhia Energética de Brasília – CEB
CNPJ 00.070.698/0001-11
Balancos Patrimoniais
Exercícios findos em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	7.516	12.784	180.552	179.699
Contas a Receber	5	24.181	26.994	690.130	622.655
Depósitos e Bloqueios Judiciais		111	111	1.959	2.552
Estoques		624	595	8.475	8.437
Tributos e Contribuições Compensáveis	6	4.939	4.684	50.761	23.169
Valores a Receber de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	7			712.787	862.704
Demais Créditos		24.216	24.249	161.065	140.785
Ativos não Circulante Mantido para Venda		641	641	2.352	2.352
Total do Circulante		62.228	70.058	1.808.081	1.842.353
Não Circulante					
Aplicações Financeiras				10.431	10.355
Contas a Receber	5			22.583	33.317
Empréstimos e Financiamentos		13.784	13.415	14.822	14.989
Depósitos e Bloqueios Judiciais		150	150	14.896	14.948
Tributos e Contribuições Compensáveis	6	26.802	26.063	32.693	32.147
Ativo Financeiro Indenizável	8			146.304	144.450
Demais Créditos				12.698	13.020
Realizável a Longo Prazo		40.736	39.628	254.427	263.226
Investimentos	9	552.549	584.545	622.953	613.426
Imobilizado	10	13.099	13.136	104.993	102.560
Intangível	11	3.734	3.971	914.285	920.106
Total do Não Circulante		610.118	641.280	1.896.658	1.899.318
Total do Ativo		672.346	711.338	3.704.739	3.741.671

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Circulante					
Fornecedores	12	12.565	15.237	397.157	488.018
Obrigações tributárias	13	3.301	5.706	393.957	220.970
Contribuição de iluminação pública	14			110.294	96.866
Encargos regulatórios	15			85.511	90.107
Debêntures	16			231.782	247.778
Empréstimos e financiamentos	17			52.369	86.069
Obrigações societárias	18	5.817	5.885	19.666	16.744
Obrigações sociais e trabalhistas	19	198	201	28.370	25.983
Valores a pagar de Parcela "A" e outros itens financeiros	7			555.571	608.361
Benefícios pós-emprego	20			3.332	2.814
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	21			8.324	6.478
Demais obrigações		1.337	414	45.390	38.655
Total do Circulante		23.218	27.443	1.931.723	1.928.843
Não Circulante					
Fornecedores	12			15.955	36.830
Obrigações tributárias	13	96.781	96.781	278.762	322.356
Contribuição de iluminação pública	14				3.393
Debêntures	16			15.019	15.019
Empréstimos e financiamentos	17			188.199	188.194
Benefícios pós emprego	20			241.050	204.345
Encargos regulatórios	15			182.318	178.915
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	21	1	1	45.528	44.294
Valores a Pagar de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	7			17.919	17.643
Obrigações vinculadas a concessão	22			3.402	3.400
Demais obrigações				15.271	5.869
Total do Não Circulante		96.782	96.782	1.003.423	1.020.258
Patrimônio Líquido					
Capital social	23	566.025	566.025	566.025	566.025
Reserva de lucros		18.677	18.677	18.677	18.677
Ajuste de avaliação patrimonial		(35.041)	2.411	(35.041)	2.411
Lucros acumulados		2.685		2.685	
Atribuível as acionista controlador		552.346	587.113	552.346	587.113
Atribuível aos acionistas não controladores				217.247	205.457
Total do Patrimônio Líquido		552.346	587.113	769.593	792.570
Total do Passivo		672.346	711.338	3.704.739	3.741.671

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Companhia Energética de Brasília – CEB
CNPJ 00.070.698/0001-11
Demonstrações do Resultado
Períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24.1	9.082	6.786	645.513	563.166
Custo com Energia Elétrica	24.2			(407.209)	(389.957)
Custo de Operação	24.3			(71.310)	(77.972)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	24.3	(8.146)	(5.515)	(9.082)	(7.103)
Lucro Bruto		936	1.271	157.912	88.134
Receitas/ (Despesas) Operacionais		534	3.840	(99.529)	(48.798)
Despesas com Vendas	24.3	(1.418)	5.989	(62.345)	(28.937)
Despesas Gerais e Administrativas	24.3	(3.628)	(5.941)	(35.800)	(43.656)
Resultado de Equivalência Patrimonial	9	5.525	3.792	11.485	14.447
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	24.4	55	-	(12.869)	9.347
Outras Receitas Operacionais		55		5.771	22.690
Outras Despesas Operacionais				(18.640)	(13.343)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		1.470	5.111	58.383	39.336
Receitas (Despesas) Financeiras	24.5	547	455	(30.660)	(13.524)
Receitas Financeiras		572	562	12.086	12.767
Despesas Financeiras		(25)	(107)	(39.302)	(24.699)
Variação Cambial				(3.444)	(1.592)
Lucro Operacional antes dos Tributos		2.017	5.566	27.723	25.812
Imposto de Renda e Contribuição Social	13	734	(147)	(10.192)	(15.024)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente				(40.966)	(7.022)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido		734	(147)	30.774	(8.002)
Lucro Líquido do Período		2.751	5.419	17.531	10.788
Atribuído aos Acionistas Controladores				2.751	5.419
Atribuído aos Acionistas não Controladores				14.780	5.369
Lucro / (Prejuízo) Básico e Diluído por Ação em Reais:	25				
Ações Ordinárias – Básicas e diluídas		0,1817	0,3579	0,1817	0,3579
Ações Preferenciais – Básicas e diluídas		0,1999	0,3937	0,1999	0,3937

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Companhia Energética de Brasília – CEB
CNPJ 00.070.698/0001-11
Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Período	2.751	5.419	17.531	10.788
Outros Resultados Abrangentes				
Itens que não serão Reclassificados Subsequentemente ao Resultado				
Ganho (Perda) Atuarial com Plano de Benefício Definido			(37.452)	(104.108)
Equivalência Patrimonial sobre Obrigação Atuarial sobre Benefícios Definido	(37.452)	(104.108)		
Resultado Abrangente Total	(34.701)	(98.689)	(19.921)	(93.320)
Atribuído aos Acionistas Controladores	(34.701)	(98.689)	(19.921)	(93.320)
Atribuído aos Acionistas Não Controladores				

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Companhia Energética de Brasília – CEB
CNPJ 00.070.698/0001-11
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Eventos	Atribuído aos acionistas controladores						Participação de Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
	Capital Social	Reserva de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial/Outros Resultados Abrangentes	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Participação do Acionista Controlador		
		Reserva Legal	Reserva de Capital					
Saldo em 31 de dezembro de 2017	566.025			42.319	(65.478)	542.866	201.429	744.295
Constituição de Provisão de Partes Beneficiárias							(1.134)	(1.134)
Lucro do Período					5.419	5.419	5.369	10.788
Equiv. Patrim. sobre Resultados Abrangentes - Controladas - Benefícios Pós-Emprego				(104.108)		(104.108)		(104.108)
Saldo em 31 de março de 2018	566.025	-		(61.789)	(60.059)	444.177	205.664	649.841
Saldo em 31 de dezembro de 2018	566.025	1.225	17.452	2.411	-	587.113	205.457	792.570
Constituição de Provisão de Partes Beneficiárias							(2.990)	(2.990)
Lucro do Período					2.751	2.751	14.780	17.531
Impacto de exercício anterioes em Investida					(66)	(66)		(66)
Equiv. Patrim. sobre Resultados Abrangentes - Controladas - Benefícios Pós-Emprego				(37.452)		(37.452)		(37.452)
Saldo em 31 de março de 2019	566.025	1.225	17.452	(35.041)	2.685	552.346	217.247	769.593

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Companhia Energética de Brasília – CEB
CNPJ 00.070.698/0001-11
Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Direto
Períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais				
Recebimento de Consumidores	11.427	14.408	1.017.873	1.079.099
Rendimento de Aplicações Financeiras	109	90	1.119	1.049
Juros de Mútuo Recebido				26
Liberção de Garantia CCEE			1.513	1.733
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos		132		132
Outros Recebimentos	91	1.000	7.060	1.135
Recebimentos	11.627	15.630	1.027.565	1.083.174
Fornecedores - Materiais e Serviços	(10.364)	(5.791)	(39.842)	(40.407)
Fornecedores - Energia Elétrica			(605.952)	(536.254)
Contribuição de Iluminação Pública			(32.300)	(49.585)
Salários e Encargos Sociais	(4.219)	(3.444)	(67.638)	(70.374)
Pagamentos de Encargos da Dívida			(12.793)	(12.014)
Impostos e Contribuições	(1.886)	(3.476)	(143.346)	(205.449)
Encargos Setoriais			(55.857)	(127.267)
Arrendamento Operacional			(9.167)	(8.197)
Outras Pagamentos	(275)	(3.899)	(9.226)	(6.925)
Pagamentos	(16.744)	(16.610)	(976.121)	(1.056.472)
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades Operacionais	(5.117)	(980)	51.444	26.702
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento				
Aquisição de Ativos Financeiros da Concessão, Intangíveis e Imobilizados	(119)	(1.486)	(7.266)	(17.151)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		(2)		(2)
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades de Investimento	(119)	(1.488)	(7.266)	(17.153)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento				
Empréstimos e Financiamentos Obtidos				
Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos				
Amortização de Empréstimos e Financiamentos			(43.230)	(31.897)
Custos de Transação			(33)	445
Outros	(32)	(21)	(32)	(21)
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades de Financiamento	(32)	(21)	(43.295)	(31.473)
Aumento (Redução) do Saldo Líquido de Caixa e Equivalente	(5.268)	(2.489)	883	(21.924)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	12.784	6.964	179.669	92.001
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	7.516	4.475	180.552	70.077

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Companhia Energética de Brasília – CEB
CNPJ 00.070.698/0001-11
Demonstrações do Valor Adicionado
Períodos de três meses findos em 31 de março de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Receitas	8.872	13.636	988.275	899.977
Venda de Energia e Serviços Prestados	10.247	7.647	1.039.311	861.112
Receita de Construção de Ativos Próprios			6.972	22.710
Provisão/Rev. para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.417)	5.989	(59.847)	(12.674)
Receita de Alienação de Ativo Imobilizado	42		42	
Outras Receitas			1.797	28.829
Insumos Adquiridos de Terceiros	(8.347)	(8.586)	(509.544)	(507.660)
Custos com Serviço de Energia Elétrica			(452.757)	(434.266)
Custos com Serviço Prestado a Terceiros	(2.491)	(4.781)	(5.673)	(4.918)
Custos de Construção	-		(6.972)	(22.710)
Serviços de Terceiros	(3.932)	(3.613)	(35.443)	(37.298)
Material	(1.897)	(76)	(2.369)	(468)
Provisões/Reversões			(3.080)	(758)
Outros	(27)	(116)	(3.250)	(7.242)
Valor Adicionado Bruto	525	5.050	478.731	392.317
Retenções	(290)	(41)	(14.596)	(13.909)
Depreciação e Amortização	(290)	(41)	(14.596)	(13.909)
Valor Adicionado Líquido Produzido	235	5.009	464.135	378.408
Valor Adicionado Recebido em Transferência	6.124	4.375	21.090	26.198
Receitas Financeiras	598	451	9.213	11.603
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.526	3.792	11.485	14.443
Dividendos Recebidos		132	392	152
Valor Adicionado Total a Distribuir	6.359	9.384	485.225	404.606
Distribuição do Valor Adicionado	6.359	9.384	485.225	404.606
Empregados	3.730	3.100	45.575	61.424
Remuneração Direta	3.671	3.045	35.609	33.855
FGTS	33	34	2.737	5.182
Benefícios	26	21	7.229	8.527
Participação nos Lucros e Resultados				13.860
Impostos, Taxas e Contribuições	(157)	738	374.244	301.040
Federal	(362)	585	178.050	140.038
Estadual e Municipal	205	153	196.194	161.002
Remuneração de Capitais de Terceiros	35	127	47.875	31.354
Aluguéis	10	21	8.646	6.655
Despesas Financeiras	25	106	39.229	24.699
Remuneração de Capitais Próprios	2.751	5.419	17.531	10.788
Participação dos Acionistas Não Controladores			14.780	5.369
Lucros Líquidos/(Prejuízos) Retidos	2.751	5.419	2.751	5.419

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. OBJETIVO SOCIAL

A Companhia Energética de Brasília (“Companhia”, “CEB” ou “Controladora”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, sob o CNPJ nº 00.070.698/0001-11. Com sede localizada no SIA – Área de Serviços Públicos – Lote C, Brasília, Distrito Federal, possui registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações transacionadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA). Em 4 de julho de 1994, a Companhia iniciou a negociação de suas ações, ordinárias e preferenciais, sob os códigos CEBR3, CEBR5 e CEBR6.

A Companhia tem como objetivo principal a participação em outras sociedades que atuam na exploração direta ou indireta de serviços de energia elétrica, compreendendo os segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização. De forma secundária, a CEB presta serviços de manutenção e de expansão do sistema de iluminação pública do Distrito Federal.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo. No período findo em 31 de março de 2019 não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis Anuais em 31 de dezembro de 2018. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2019, bem como aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2019.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas Informações Contábeis Intermediárias.

Em 10 de maio de 2019, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão destas Informações Contábeis Intermediárias.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2. CORRELAÇÃO ENTRE AS NOTAS EXPLICATIVAS DIVULGADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS E AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Segue abaixo a correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais findo em 31 de dezembro de 2018 e as Informações Contábeis Intermediárias, para o período de três meses, findo em 31 de março de 2019.

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado do período estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/03/2019	31/12/2018	
1	1	CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS
2	2	BASE DE PREPARAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
	3	REAPRESENTAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
3	4	INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO
4	5	CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA
5	6	CONTAS A RECEBER
6	7	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS
7	8	VALORES A RECEBER DE PARCELA "A" E OUTROS COMPONENTES FINANCEIROS
	9	DEMAIS CRÉDITOS
	10	DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS
8	11	ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL
	12	APLICAÇÕES FINANCEIRAS
	13	ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA
9	14	INVESTIMENTOS
10	15	IMOBILIZADO
11	16	INTANGÍVEL
12	17	FORNECEDORES
13	18	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS
14	19	CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
15	20	ENCARGOS REGULATÓRIOS
16	21	DEBÊNTURES
17	22	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
18	23	OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS
19	24	OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS
20	25	BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO
21	26	PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS
	27	DEMAIS OBRIGAÇÕES
22	28	OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO
23	29	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
24	30	DESDOBRAMENTOS DAS CONTAS DE RESULTADO
25	31	LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO
26	32	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
	33	SEGUROS
27	34	CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS
28	35	INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

2.3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas utilizadas para cálculo de consolidação e equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3.1. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

As participações societárias da CEB em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas estão descritas no quadro seguinte:

Investidas	Atividade	31/03/2019	31/12/2018
Participações Diretas			
Em Controladas			
CEB Distribuição S.A.	Distribuição	100,00%	100,00%
CEB Geração S.A.	Geração	100,00%	100,00%
CEB Participação S.A.	Comercialização	100,00%	100,00%
CEB Lajeado S.A.	Comercialização	59,93%	59,93%
Companhia Brasileira de Gás S.A.	Gás	17,00%	17,00%
Em Controlada Em Conjunto			
Energética Corumbá III S.A.	Geração	37,50%	37,50%
Em Coligada			
Corumbá Concessões S.A. (a)	Geração	47,57%	47,57%
Participações Indiretas			
Em Coligada			
Investco S.A.	Geração	11,99%	11,99%
Outras Participações			
BSB Energética S.A.	Geração	9,00%	9,00%

(a) A participação do Grupo no capital social da Corumbá Concessões S.A. é de 47,56%, sendo 45,21% de propriedade da CEB e 2,35% de propriedade da CEB Participações S.A..

2.3.1.1. CEB DISTRIBUIÇÃO S.A. ("Distribuidora" ou "CEB D")

A CEB Distribuição S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, reorganizada em conformidade com a Lei Distrital nº 2.710, de 24 de maio de 2001, com início das suas atividades em 12 de janeiro de 2006, como resultado do processo de desverticalização das atividades de distribuição e geração da Companhia Energética de Brasília – CEB.

A CEB D é uma concessionária do serviço público de energia elétrica e tem por objeto principal a distribuição e comercialização de energia elétrica, assim como serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito e atividades associadas no Distrito Federal.

(i) Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional

No exercício de 2018, a CEB Distribuição S.A. operou com seus custos de Parcela A (compra de energia, transmissão e encargos setoriais) e Parcela B (demais custos diretamente gerenciáveis pela distribuidora) incompatíveis com a estrutura tarifária vigente, ocasionando seu desequilíbrio econômico-financeiro, em relação aos critérios definidos no Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 066/1999 - ANEEL.

A Distribuidora possui limitação de recursos disponíveis no curto prazo, considerando a alta alavancagem financeira e os desembolsos de caixa previstos. Há, por consequência de diversos fatores, limitação da disposição da Companhia em obter novas linhas de crédito em condições mais favoráveis de juros em função dos riscos relacionados à alavancagem financeira atual.

Além disso, a Companhia apresentou um elevado grau de endividamento, provocando uma acentuação em suas despesas financeiras no mesmo período.

A capacidade da Companhia em continuar operando em base de continuidade depende, portanto, de atingimento de metas operacionais determinadas pelo Órgão Regulador, além de refinanciamento das dívidas contratadas, e/ou ações relacionadas à desalavancagem financeira.

Os principais fatores com impacto nos custos e despesas incorridos estão demonstrados a seguir:

a) Rede Básica

Em março de 2018, o Operador Nacional do Sistema (ONS) procedeu com a cobrança do Encargo de Uso do Sistema de Transmissão (EUST) à CEB D, em virtude da disponibilização da Rede Básica proveniente da Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S/A (VSB).

A referida rede não foi interligada pela CEB D, ocasionando o não reconhecimento tarifário desse encargo no período. Tal fato está previsto no item 8 do Submódulo 3.3 do PRORET, que estabelece a obrigação de pagamento para as distribuidoras após a disponibilização do ativo, bem como o reconhecimento tarifário, condicionado à efetiva utilização da infraestrutura.

Como consequência, essa disponibilidade incorreu em custos adicionais de R\$ 10.417 à Distribuidora no exercício de 2019, que não foram reconhecidos no processo de reconhecimento dos Ativos e Passivos Financeiros Setoriais.

b) Perdas de energia elétrica

Na Revisão Tarifária Periódica (RTP) ocorrida em outubro de 2016, a ANEEL estabeleceu os percentuais de Perdas Técnicas na Distribuição de 7,46% sobre a Energia Injetada e de 7,05% para Perdas Não Técnicas na Distribuição sobre o Mercado de Baixa Tensão – BT, sendo este último percentual equivalente a 3,84% quando aplicado a relação entre BT e a Energia Injetada.

Esses são os percentuais considerados e reconhecidos pela ANEEL para a aquisição de energia e repasse do custo ao consumidor nos processos tarifários até a próxima RTP que ocorrerá em outubro de 2021.

Em 2019, a CEB Distribuição S.A. apurou percentuais superiores de Perdas Totais (Técnicas e Não Técnicas sobre Energia Injetada) em relação ao nível Regulatório. Essa diferença resultou em um custo estimado adicional na compra de energia de R\$ 9.415 sem a possibilidade de repasse ao consumidor.

c) PMSO (Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros)

Na RTP de outubro de 2016 a ANEEL definiu a reposição/remuneração dos custos com Pessoal, Materiais, Serviços e Outros (PMSO) na ordem de R\$ 77.084 nesse trimestre à Distribuidora.

Em 2019, a Companhia superou em R\$ 66.284 o nível regulatório estabelecido pela Agência Reguladora, sendo R\$ 61.142 de aumento de provisões no período.

d) Encargos da dívida (Empréstimos, Financiamentos e Debêntures)

A ANEEL define por meio do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) o nível de dívida regulatória (DR%) e o respectivo custo dessa dívida (Kd), de forma que seja repassada na tarifa, através da remuneração do capital investido, dado pela Base de Remuneração Regulatória Líquida (BRL).

A Dívida Regulatória, em termos percentuais, é a participação do Capital de Terceiros sobre o Capital Total (Capital de Terceiros)/(Capital de Terceiros + Capital Próprio), definida e reconhecida pela ANEEL em 48,76%. Aplicando o $DR\% \times Kd \times BRL$, estima-se uma despesa financeira regulatória de R\$ 12.475 para o trimestre.

Em 2019, o resultado financeiro atingiu o valor negativo de R\$ 37.200 e, consequentemente, superior ao patamar regulatório em R\$ 24.725.

(ii) Alternativas apresentadas pela CEB Distribuição S.A. para atender a sustentabilidade econômico-financeira prevista no Estatuto Social da Companhia, Contrato de Concessão nº 066/1999 – ANEEL e Resolução Normativa nº 787/2017-ANEEL

a) Aporte do Controlador

Em janeiro de 2019, a CEB D formalizou manifestação de necessidade de caixa à controladora (CEB Holding), através da Carta nº 39/2019-DD, conforme disposto no artigo 20 do Estatuto da controlada, com o objetivo de auxiliar na redução do seu endividamento e buscar o cumprimento dos critérios de sustentabilidade definidos pelo Órgão Regulador e no Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

b) Interligação da Rede Básica de Brasília Leste

O contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT) foi assinado pela CEB D no dia 28 de fevereiro de 2019, atendendo à decisão da Diretoria Colegiada, conforme Resolução de Diretoria nº 024, de 27 de fevereiro de 2019.

O prazo previsto para a entrada em operação comercial da interligação do sistema da CEB D com a Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. é de 54 dias úteis a partir da assinatura do contrato. O prejuízo estimado para o exercício de 2019 é de R\$ 3,3 milhões/mês até a data efetiva da entrada em operação.

A interligação é fundamental para estancar o prejuízo que está incorrendo na Distribuidora.

c) Mitigação das perdas de energia elétrica

Para o ano de 2019, a Administração estima que as perdas técnicas e comerciais girem em torno de 14% de toda energia injetada na área de concessão da Companhia, contra 12,58% em 2018. Visando mitigar esse prognóstico, serão intensificados os serviços de fiscalização de ligações clandestinas, fraudes, medições e faturamentos, objetivando a recuperação de 143,8 GWh, em um período de 30 meses, por meio de contratação de empresa especializada.

A estimativa de perdas geradas pelas ligações clandestinas, encontradas em áreas irregulares, perfazem o quantitativo de 14,5 GWh/mês. A Companhia irá intensificar fortemente junto ao Poder Público Competente, a partir da oportunidade criada pelo § 2º, do artigo 52 da Resolução Normativa 414/2010, para atendimento das unidades consumidoras localizadas nas referidas áreas irregulares, ocupadas predominantemente por população de baixa tensão. Essa ação visa reduzir o risco de danos e acidentes a pessoas, bens ou instalações do sistema elétrico, bem como combater o uso irregular da energia elétrica, na busca pela redução das perdas em níveis compatíveis com os definidos pelo Órgão Regulador.

d) Alienação de terrenos

A alienação de terrenos da Companhia representa uma das principais premissas do Plano de Negócio aprovado para o período de 2019 a 2023 (em revisão). Para isso, foi constituído um Grupo de Trabalho - GT, instituído por meio da Portaria Conjunta nº 001- CEB/CEB-D/2019, com o objetivo de realizar os estudos e elaborar plano de ação, contendo cronograma e compromissos com metas e resultados necessários para a alienação dos ativos inservíveis à Concessão.

Está no escopo do referido Grupo de Trabalho a área localizada na Área Especial do Setor Noroeste, SAI Norte PR 155/1/DF, bem como os terrenos registrados como Bens Destinados à Venda.

e) Redução de despesas com Pessoal

As iniciativas relacionadas à rubrica de Pessoal que ilustram a atenção com essa despesa estão listadas a seguir:

- Efetivação da Política de Desligamento dos aposentáveis, considerando a reposição dos empregos de Nível Superior; Técnicos Industriais; Técnico de Segurança do Trabalho; Técnico de Enfermagem do Trabalho, na proporção de um para um; Agente de Suporte Administrativo – ASA, de cada dois desligamentos uma reposição; e para Eletricistas e demais funções sem reposição imediata;
- Reajustes salariais com observância aos limites estabelecidos na “Parcela B” e as condições de terceirização existentes; e
- Intensificar o processo de capitalização dos custos com pessoal vinculados ao processo de Investimento da Companhia, de acordo com os limites definidos pelo Órgão Regulador.

f) Redução da Inadimplência

O leque de cobranças administrativas da Companhia é extenso. Registra-se o envio de cerca de 2.000 faturas por dia para o SERASA e mais 2.000 faturas para Protesto, além de se realizar cobranças ativas na Central de Atendimento.

A CEB D possui, ainda, a realização de cobranças por e-mail, SMS, publicação de editais de chamamento para credenciamento de empresas que atuam na negociação de débitos via cartão de crédito, assim como programas de recuperação de débitos (PROLUZ) para carteiras de longo prazo.

A Administração também atua na realização de cobranças e negociações perante os Órgãos e Departamentos vinculados aos Poderes Públicos Federal e Distrital, bem como realiza procedimentos de cobrança judicial, em caso de insucesso da cobrança administrativa, tendo como base o princípio da economicidade.

Para intensificar o processo de redução da inadimplência, também será realizada a contratação de empresa especializada em corte e religação, com previsão de assinatura do contrato até o início do terceiro trimestre de 2019.

Apresenta-se a seguir os fatos julgados relevantes relativos à Distribuidora:

(iii) Contrato de Concessão nº 066/1999 – ANEEL (4º. Termo Aditivo)

Em 9 de dezembro de 2015, por intermédio do Ministério de Minas e Energia, foi celebrado o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 066/1999 - ANEEL, que prorrogou a Concessão dos Serviços Públicos de Energia Elétrica da Companhia para 7 de julho de 2045.

Por esse instrumento, a data do Reajuste Tarifário anual da CEB D foi alterada de 26 de agosto para 22 de outubro e a Revisão Tarifária Ordinária passou a ocorrer com intervalo quinquenal.

O Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão estabelece, entre outros, indicadores de sustentabilidade, com critérios objetivos e metas regulatórias, pelas quais a Companhia deve ser avaliada e que atuam como condicionantes para a manutenção da titularidade da concessão.

2.3.2. EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

O cálculo da equivalência patrimonial sobre o resultado do exercício da CEB Lajeado S.A. é realizado aplicando o percentual de 55,923% sobre o resultado obtido no exercício. Este percentual é fruto do acordo de acionistas, que garantiu à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras - rendimentos equivalentes a 49,67% do resultado de cada exercício. O percentual de 49,67% inclui o percentual de participação societária de 44,077% e 10% de partes beneficiárias.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

3.1 ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados, inicialmente, pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo.

A tabela seguinte demonstra, de forma resumida, os instrumentos financeiros distribuídos em cada categoria e registrados em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os quais não apontaram variação entre o seus valores justo e contábil:

	Avaliação	31/03/2019			
		Controladora		Consolidado	
		Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros					
Empréstimos e Recebíveis					
Caixa e Bancos	Valor Justo	60	60	97.432	97.432
Contas a Receber	Custo Amortizado	24.181	24.181	712.713	712.713
Valores a Receber Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado			712.717	712.717
Mantidos até o Vencimento					
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado			10.413	10.413
Valor Justo Por Meio do Resultado					
Aplicações Financeiras	Valor Justo	7.456	7.456	83.120	83.120
Disponível para Venda					
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo			146.304	146.304
Passivos Financeiros					
Outros Passivos Financeiros					
Fornecedores	Custo Amortizado	12.565	12.565	413.112	413.112
Debêntures	Custo Amortizado			246.801	246.801
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado			240.568	240.568
Obrigações Societárias	Custo Amortizado	5.817	5.817	19.666	19.666
Valores a Pagar Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado			573.490	573.490
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado			267.829	267.829
Obrigações Vinculadas a Concessão	Custo Amortizado			3.402	3.402

	Avaliação	31/12/2018			
		Controladora		Consolidado	
		Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros					
Empréstimos e Recebíveis					
Caixa e Bancos	Valor Justo	15	15	46.598	46.598
Contas a Receber	Custo Amortizado	26.994	26.994	655.972	655.972
Valores a Receber Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado			862.704	862.704
Mantidos até o Vencimento					
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado			10.355	10.355
Valor Justo Por Meio do Resultado					
Aplicações Financeiras	Valor Justo	12.769	12.769	133.101	133.101
Disponível para Venda					

	Avaliação	31/12/2018			
		Controladora		Consolidado	
		Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo			144.450	144.450
Passivos Financeiros					
Outros Passivos Financeiros					
Fornecedores	Custo Amortizado	15.237	15.237	524.848	524.848
Debêntures	Custo Amortizado			262.797	262.797
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado			274.263	274.263
Obrigações Societárias	Custo Amortizado	5.885	5.885	16.744	16.744
Valores a Pagar Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado			626.004	626.004
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado			269.022	269.022
Obrigações Vinculadas a Concessão	Custo Amortizado			3.400	3.400

3.1.1 FATORES DE RISCO

A Administração da CEB e de suas controladas tem total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e aderência aos limites operativos estabelecidos a cada empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade do Grupo.

Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades do Grupo.

A CEB, mediante seus atos normativos e de gestão em suas controladas, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da Administração.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional do Grupo, que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

3.1.2 RISCO DE CRÉDITO

A CEB e suas controladas qualificam o risco de crédito pela incerteza no recebimento de valores faturados a seus clientes, decorrentes das vendas de energia elétrica e da prestação de serviços correlatos.

O principal mitigador do risco é a regulamentação setorial, uma vez que parcela da inadimplência vinculada ao contas a receber da Companhia estão incorporados na Parcela "A" das tarifas, que são capturados nos processos de reajustes e de revisões tarifárias subsequentes.

A Companhia, em especial a CEB D, também possui linha de parcelamento a devedores em todas as suas agências e postos de atendimento, e programas de incentivo a negociação de débitos de longa data, com redução escalonada de encargos por atraso, objetivando manter a liquidez de seus faturamentos.

Em 31 de março de 2019, as Perdas Estimadas Para Créditos de Liquidação Duvidosa consolidada atingiu o montante de R\$ 177.728 (R\$ 116.371 em 2018). Desse montante, 36,2% (47,8% em 2018) representam dívidas relacionadas aos órgãos públicos locais.

Além dos aspectos apresentados, a Administração entende que a estrutura de controle e contratações adotada para a minimização de riscos de crédito, corroborada pela regulação setorial emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, garante às concessionárias riscos mínimos de sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos financeiros. Do mesmo modo, a prudência nos investimentos financeiros minimiza os riscos de crédito, uma vez que realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agência de *rating*.

Reitera-se, finalmente, que a Distribuidora utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo Órgão Regulador, tais como: corte por inadimplência; negativação de débitos; e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto.

3.1.3 RISCO DE LIQUIDEZ

O Grupo, em especial a CEB D, tem financiado suas operações com recursos oriundos de suas atividades operacionais, do mercado financeiro e de empresas controladas e coligadas. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada por meio de informações da área financeira, tratadas em ambiente de executivos da Companhia.

No que concerne ao acompanhamento de caixa, a Administração daquela empresa tem buscado efetividade no gerenciamento orçamentário, visando equilibrar o efeito financeiro da recomposição dos Ativos e Passivos Financeiros Setoriais, bem como a incompatibilidade da estrutura tarifária vigente contra seus custos de Parcela A e Parcela B sem reconhecimento tarifário.

Os planos da Administração para manutenção das atividades da concessionária passam, entre outros, pelo equilíbrio econômico-financeiro, em atendimento as metas regulatórias, previstas no Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 066/1999 – ANEEL, com alternativas para o saneamento e sustentabilidade da Distribuidora, conforme evidenciado na Nota Explicativa nº 2.3.1.1.

Assim, as Demonstrações Financeiras daquela Companhia foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da concessionária.

3.1.4 RISCO DE TAXA DE JUROS

O Grupo possui ativos e passivos remunerados por taxas de expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros. Esses ativos e passivos incluem, relevantemente, os créditos a receber na data base do balanço, debêntures e os empréstimos passivos.

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros do Grupo que estão sujeitos às oscilações nas taxas CDI, TLP, IGPM e UMBNDES. A CEB estima que, em um cenário provável em 31 de março de 2019, as taxas CDI e IGP-M atinjam os percentuais de 6,50% e 3,90%, respectivamente, de acordo com o Relatório Focus do Banco Central do Brasil, de 29 de março de 2019 (Mediana – Top 5 Curto Prazo). No caso da TLP, atribuímos a taxa de 6,26% a.a. para o segundo trimestre de 2019. A Administração assumiu a premissa de que esta taxa não sofrerá alterações que possam impactar materialmente as projeções até a data de 31 de março de 2020. Também se espera que a taxa de 7,138914% da UMBNDES se mantenha em linha com o índice atual. Fica registrado que os instrumentos financeiros contratados com taxas pré-fixadas não foram objeto de avaliação.

A tabela seguinte mostra a possibilidade de perda ou ganho que poderá ser reconhecida no resultado Consolidado do exercício seguinte:

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Exposição em 31/03/2019	Risco	Efeito	Cenários Projetados - 12 meses		
			Provável	Possível - 25%	Remoto - 50%
437.271	Alta do CDI		6,50%	8,13%	9,75%
		Balanço	465.694	472.821	479.905
		Resultado	(28.423)	(35.550)	(42.634)
35.835	Alta do TLP		6,26%	7,83%	9,39%
		Balanço	38.078	38.641	39.200
		Resultado	(2.243)	(2.806)	(3.365)
285	Alta do IGPM		3,90%	4,88%	5,85%
		Balanço	296	299	302
		Resultado	(11)	(14)	(17)
8.055	Baixa do UMBNDES		7,14%	8,93%	10,71%
		Balanço	8.630	8.774	8.918
		Resultado	(575)	(719)	(863)
Total Balanço			512.698	520.535	528.324
Total Resultado			(31.252)	(39.089)	(46.878)

3.1.5 RISCO CAMBIAL

A Companhia, em outubro de 2018, firmou com a Eletrobras, a renegociação da dívida de fornecimento de energia elétrica da Usina de Itaipú Binacional, referentes às faturas dos meses de março a julho de 2018, as quais totalizam US\$ 31.948 mil dólares americanos. Esses valores serão atualizados durante a realização do contrato a taxa 0,5% (meio por cento), calculados pro rata die, durante os primeiros 15 (quinze) dias e de 1% (um por cento), também calculados pro rata die, a partir do 16º (décimo sexto dia) de cada mês.

O valor total desta renegociação de dívida, será amortizado em 18 (dezoito) parcelas mensais e consecutivas, iniciado em 30 de novembro de 2018 e com juros remuneratórios da ordem de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata die, a partir da assinatura do contrato.

O total da dívida efetiva em dólar em 31 de março de 2019, representa US\$ 37.494 mil dólares americanos, equivalente, em R\$, a R\$ 148.784, dos quais US\$ 11.525 mil dólares americanos (R\$ 45.734) se referem a fatura mensal de energia elétrica adquirida e US\$ 25.969 mil dólares americanos (R\$ 103.050) aos parcelamento efetuado.

Exposição em 31/03/2019	Risco	Efeito	Cenários Projetados - 12 meses - Em R\$		
			Provável	Possível - 10%	Remoto - 25%
US\$ 37.494 / R\$ 148.784	Alta do Dólar		3,70*	4,07	4,63
		Balanço	138.728	152.601	173.597
		Resultado	10.056	(3.817)	(24.813)
US\$ 37.494 / R\$ 148.784	Baixa do Dólar		3,70*	3,33	2,78
		Balanço	138.728	123.730	104.233
		Resultado	10.056	25.054	44.551

* Projeção Bradesco - Curto Prazo - divulgada em 12 de abril de 2019.

3.1.6 RISCO OPERACIONAL

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem em todas as operações do Grupo.

O objetivo da Administração da Companhia é gerenciar o risco operacional de todo o Grupo para: (i) evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Organização e de suas controladas e coligadas;

(ii) buscar eficácia de custos.

Relativamente à gestão de risco, há duas vertentes predominantes que têm merecido particular atenção da Administração: (i) a conjuntura econômico-financeira da CEB Distribuição S.A.; e (ii) as consequências da crise hídrica que repercutem no Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, resultando em encargos relevantes para a CEB Lajeado S.A.; a CEB Participações S.A.; a CEB Geração S.A.; a Corumbá Concessões S.A.; e a Energética Corumbá III S.A..

As ações da Administração referente a conjuntura econômico-financeira da CEB Distribuição S.A. estão descritos na Nota Explicativa 2.3.1.1 (i).

3.1.7 RISCO REGULATÓRIO

Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 066/1999 - ANEEL estabelece, entre outros, parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeiro, limites anuais globais de indicadores de continuidade coletivos, bem como condições para prorrogação do contrato de concessão.

No exercício de 2018, a CEB D apresentou, por apuração interna, seu LAJIDA Regulatório inferior à Quota de Reintegração Regulatória – QRR. Caso haja descumprimento de qualquer meta, prevista no citado Aditivo, por dois anos consecutivos ou quaisquer das Condições ao final do quinto ano, é prevista a extinção da Concessão, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Como alternativa, a Administração vem elaborando plano de ação, com critérios e metas pré-definidas para recuperação do equilíbrio econômico-Financeiro da Companhia, tendo em vista o não atendimento dos covenants regulatórios atribuídos para o exercício de 2019.

Adicionalmente, a Companhia possui a obrigatoriedade de destinação de 1% da Receita Operacional Líquida aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL).

Dessa forma, à luz da Lei nº 9.991/2000, a concessionária que acumular, em 31 de dezembro de cada ano, um montante superior ao investimento obrigatório dos 24 meses anteriores, incluindo o mês de apuração (dezembro), obrigações com P&D e ou PEE, está sujeita às penalidades previstas na Resolução Normativa nº 63/2004.

3.1.8 RISCO DE ACELERAÇÃO DE DÍVIDAS

A CEB Distribuição S.A. possui contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e parcelamentos, com cláusulas restritivas (covenants) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou obtida anuência prévia dos credores para o não atendimento.

A CEB Distribuição S.A. apresentou quebra de *Covenants*, em 31 de dezembro de 2018, em seu contrato da 3ª emissão da Debêntures fazendo com que a dívida possa ser exigida a curto prazo.

3.1.9 RISCO DE SUB/SOBRECONTRATAÇÃO

Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a CEB D e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada.

No primeiro caso, a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessionária. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

3.2 GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração pode propor, nos casos em que precisar da aprovação dos acionistas, rever a política de pagamento de dividendos; devolver capital aos acionistas; emitir novas ações; ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures de curtos e longos prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim resumidos:

Alavancagem Financeira	31/03/2019	31/12/2018
Total dos Empréstimos e Financiamento/Debêntures (Notas Explicativas nºs 16 e 17)	487.369	537.060
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota Explicativa nº 4)	(180.552)	(179.699)
Dívida líquida	306.817	357.361
Total do Patrimônio Líquido	552.346	587.113
Total do Capital	859.163	944.474
Índice de Alavancagem Financeira - %	35,7	37,8

4. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Caixa e Bancos Conta Movimento	60	15	97.432	46.598
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	7.456	12.769	83.120	133.101
Total	7.516	12.784	180.552	179.699

As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários – CDB contratados com o Banco de Brasília – BRB, com possibilidade de resgate a qualquer tempo. Todas as operações são de liquidez imediata, prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa, sujeitas a um risco baixo e sem restrição de uso. A remuneração destas Aplicações Financeiras é de 95% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. CONTAS A RECEBER

5.1 COMPOSIÇÃO DO CONTAS A RECEBER

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias			770.766	689.124
Títulos de Créditos a Receber			63.156	67.332
Serviços Prestados a Terceiros	35.211	36.606	56.519	57.287
Total a Receber Bruto	35.211	36.606	890.441	813.733
Estimativa de Perdas Com Créditos de Liquidação Duvidosa	(11.030)	(9.612)	(177.728)	(157.761)
Total a Receber Líquido	24.181	26.994	712.713	655.972
Circulante	24.181	26.994	690.130	622.655
Não Circulante			22.583	33.317

5.2 VALORES A RECEBER POR IDADE DE VENCIMENTO (CONSOLIDADO)

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos de 91 a 180 dias	Vencidos há mais de 180 dias	Total 31/03/2019	Total 31/12/2018
Classes de Consumidor						
Residencial	84.623	107.961	47.987	13.685	254.256	249.272
Poder Público	34.674	11.298	6.277	26.072	78.321	62.693
Comércio, Serviços e Outros	66.301	36.200	11.858	22.508	136.867	137.090
Iluminação Pública	14.907	28.348		24.483	67.738	54.678
Serviço Público	14.077	11.595			25.672	14.557
Industrial	4.471	3.928	1.670	1.230	11.299	9.883
Rural	3.582	3.408	1.903	746	9.639	9.736
Subtotal Consumidores	222.635	202.738	69.695	88.724	583.792	538.987
Fornecimento Não Faturado	156.399				156.399	155.033
Energia Elétrica Curto Prazo – CCEE	29.651				29.651	29.779
Serviços Prestados a Terceiros (Incluso Serviços de IP)	25.401	20.089	5.017	6.012	56.519	57.477
Concessionárias e Permissionárias	1.136				1.136	2.656
Parcelamentos a Faturar CP e LP	22.380				22.380	33.948
Serviço Taxado	1.482				1.482	1.667
Outros	44.646				44.646	7.071
Arrecadação a Classificar	(5.564)				(5.564)	(12.885)
TOTAL	498.166	222.827	74.712	94.736	890.441	813.733
Estimativa de Perdas com Créditos Liquidação Duvidosa		(8.280)	(74.712)	(94.736)	(177.728)	(157.761)
Contas a Receber Líquido	498.166	214.547			712.713	655.972

5.3 ESTIMATIVA DE PERDAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A PECLD foi constituída em bases consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos. Os critérios adotados foram os valores a receber dos consumidores da classe residencial, vencidos há mais de 90 dias; da classe comercial, vencidos há mais de 180 dias; e das demais classes, vencidos há mais de 360 dias, incluindo parcelamento de débitos. Para a Controladora foram considerados débitos vencidos a mais de 90 dias.

Com a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 48, foram considerados ainda, para efeitos de constituição da PECLD, o incremento das faturas de clientes com histórico de inadimplimento, excetuando-se as faturas vencidas até noventa dias, haja vista seu potencial de recebimento através da cobrança administrativa vinculada ao corte de energia elétrica.

Segue resumo das faixas de atrasos sujeitas às provisões, conforme critério de constituição determinado pela Administração da Companhia:

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Poder Público – Vencidos há mais de 90 dias	(11.030)	(9.612)	(44.103)	(37.192)
Iluminação Pública – Vencidos há mais de 90 dias			(24.640)	(24.640)
Residencial – Vencidos há mais de 90 dias			(61.755)	(51.987)
Comercial – Vencidos há mais de 90 dias			(44.477)	(41.429)
Serviço Público – Vencidos há mais de 90 dias			(728)	(728)
Industrial – Vencidos há mais de 90 dias			(1.083)	(1.010)
Rural – Vencidos há mais de 90 dias			(942)	(775)
Total	(11.030)	(9.612)	(177.728)	(157.761)

A Lei nº 5.434/2014 autorizou o Poder Executivo a transferir à CEB, como dação em pagamento de dívidas de obras do sistema de iluminação pública do Distrito Federal, os terrenos localizados na Quadra 1 do Setor de Indústria e Abastecimento de Brasília e na Quadra QI 16 do Setor de Indústria de Ceilândia.

A movimentação da estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa está assim apresentada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(9.612)	(157.761)
Adições	(3.201)	(67.125)
Baixa Para Perda – Lei 9.430/96		31.647
Reversões	1.783	15.511
Saldo em 31 de março de 2019	(11.030)	(177.728)

5.4 CRÉDITOS COM O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Em 31 de março de 2019, o valor das perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa com o Governo do Distrito Federal totalizou R\$ 64.373, dos quais, R\$ 53.343 no âmbito da CEB D referentes a consumo de energia, e R\$ 11.030 relativos a serviços de iluminação pública prestados pela CEB.

Os créditos devidos pelo Governo do Distrito Federal são representados pelos valores a receber de entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal, cujo valor total corresponde a R\$ 112.237, em 31 de março de 2019 (R\$ 95.304 em 31 de dezembro de 2018), compostos por fornecimento de energia elétrica, serviços de manutenção e obras de iluminação pública.

Apresentamos a composição dos créditos com o acionista controlador por tempo de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Saldo Vincendo	4.092	19.459	44.120	59.443
Vencidos até 90 dias	20.089	7.435	68.117	33.675
Vencidos de 91 a 360 dias	5.018	3.965	10.490	6.051
Vencidos há mais de 360 dias	6.012	5.747	53.883	53.421
Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(11.030)	(9.612)	(64.373)	(57.286)
Total	24.181	26.994	112.237	95.304

6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ (a)	19.982	19.443	46.609	26.096
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL (a)	7.588	7.386	20.487	13.004
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	2.480	2.448	2.562	2.461
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações – ICMS (b)			8.992	9.194
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	223	80	729	623
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	431	384	2.769	2.721
Programa de Integração Social – PIS	435	404	704	615
Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira – CPMF	544	544	544	544
Outros	58	58	58	58
Total	31.741	30.747	83.454	55.316
Circulante	4.939	4.684	50.761	23.169
Não Circulante	26.802	26.063	32.693	32.147

(a) Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se às antecipações feitas no período; aos saldos negativos de exercícios anteriores; e às retenções fonte por órgãos públicos, em razão de a opção de apuração ser pelo Lucro Real Anual, bem como dos créditos provenientes de tributos diferidos e de ações judiciais.

(b) Os montantes de ICMS pagos na aquisição de bens utilizados na atividade de distribuição de energia da controlada CEB D são passíveis de ser compensados com os débitos do ICMS sobre faturamento, nos termos e critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. A utilização dos créditos do ICMS é diferida em 48 parcelas mensais, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

6.1 ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS RECONHECIDOS E NÃO RECONHECIDOS

6.1.1 ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS RECONHECIDOS

Em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, a Administração, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, estima a realização do ativo fiscal diferido no valor de R\$ 26.138, conforme demonstrado abaixo:

CONTROLE DE PREJUÍZO FISCAL ACUMULADO A COMPENSAR			
Baixa Por Aproveitamento	Controle de Valores	D/C	ATIVO FISCAL DIFERIDO
			= Saldo x (+/-)34%
	77.226	C	26.257
CONTROLE DOS CUSTOS A FATURAR			
Custo a Faturar	Controle de Valores	D/C	ATIVO FISCAL DIFERIDO
			= Saldo x (+/-)34%
	1.041	C	354
CONTROLE DO NÃO FATURADO			
Não Faturado	Controle de Valores	D/C	ATIVO FISCAL DIFERIDO
			= Saldo x (+/-)34%
	1.391	D	(473)
TOTAL DA BASE DE APURAÇÃO DO ATIVO FISCAL DIFERIDO			
TOTAL ATIVO FISCAL DIFERIDO APURADO EM 31/03/2019 (34%)			26.138
TOTAL ATIVO FISCAL DIFERIDO APURADO EM 31/12/2018			25.404

Na perspectiva da Administração, norteada pelo estudo técnico para a realização do ativo fiscal diferido, prevê que os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e parte das diferenças temporárias possam ser

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

realizados em 2019, conforme descrito nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

6.1.2 ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS NÃO RECONHECIDOS

Segue o demonstrativo dos ativos fiscais diferidos não registrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Diferenças Temporárias	11.031	9.613	138.083	106.595
Prejuízo Fiscal e Base Negativa			150.492	161.626
Total	11.031	9.613	288.575	268.221

A Companhia não reconheceu ativo fiscal diferido sobre Provisões para Contingências ou Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa, por entender que tais diferenças temporárias geram dúvidas quanto a sua realização nos prazos previstos na Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002.

As suas controladas não registram os efeitos dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de diferenças temporárias, Prejuízo Fiscal e Base Negativa, por não atenderem os critérios exigidos na referida instrução.

7. VALORES A RECEBER DE PARCELA “A” E OUTROS COMPONENTES FINANCEIROS

Ativos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Amortização	Atualização	Transferência	Saldo em 31/03/2019	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	513.388	10.536	(116.442)	(191)	(2.107)	405.184	405.184	
Aquisição de Energia – (CVAenergia)	457.332	9.538	(103.779)	(268)		362.823	362.823	
Energia Adquirida – Proinfa	739	1.492	(69)	49		2.211	2.211	
Transporte Rede Básica	15.307	1.995	(4.743)	112	(2.107)	10.564	10.564	
Transporte de Energia – Itaipu	7.564	427	(2.078)	15		5.928	5.928	
Conta Desenv Energético - CDE	32.446	(2.916)	(5.773)	(99)		23.658	23.658	
Demais Ativos Financeiros Setoriais	349.316	41.608	(81.893)	162	(1.590)	307.603	307.603	
Neutralidade da Parcela A	33.426		(10.358)			23.068	23.068	
Sobrecontratação de Energia	165.990	32.988	(47.042)	162	(1.590)	150.508	150.508	
Angra	3.591		(1.113)			2.478	2.478	
Risco Hidrológico	74.780		(23.172)			51.608	51.608	
Competência	70.859	8.620				79.479	79.479	
Outros	670		(208)			462	462	
Total Ativos Financeiros Setoriais	862.704	52.144	(198.335)	(29)	(3.697)	712.787	712.787	

Passivos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Amortização	Atualização	Transferência	Saldo em 31/03/2019	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	(152.885)	(22.246)	36.873	(849)	2.107	(137.000)	(137.000)	
Aquisição de Energia – (CVAenergia)	(56)		17			(39)	(39)	
Transporte Rede Básica	(1.300)	(8.082)		(370)	2.107	(7.645)	(7.645)	
Encargos de Serviços de Sistema – ESS	(150.334)	(14.164)	36.523	(479)		(128.454)	(128.454)	
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.195)		333			(862)	(862)	
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(473.122)	(42.285)	79.035	(1.708)	1.590	(436.490)	(418.571)	(17.919)
Neutralidade da Parcela A	(14.704)	(1.015)		(6)		(15.725)	(15.725)	
Sobrecontratação de Energia	(90.341)	(36.621)		(1.335)	1.590	(126.707)	(126.707)	
Devoluções Tarifárias UD/ER	(40.209)	(4.649)	5.325	(367)		(39.900)	(39.900)	
Reversão Financeira MCP	(59.179)		18.338			(40.841)	(22.922)	(17.919)
Risco Hidrológico	(187.553)		30.230			(157.323)	(157.323)	
Ressarcimento P&D	(14.839)		4.598			(10.241)	(10.241)	
Reversão RTE 2018	(66.297)		20.544			(45.753)	(45.753)	
Total Passivos Financeiros Setoriais	(626.007)	(64.531)	115.908	(2.557)	3.697	(573.490)	(555.571)	(17.919)

8. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

O ativo financeiro da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente depreciada até o final da concessão.

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 38, as alterações resultantes de mudanças nas condições de mercado (variações em taxas de juros) são registradas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Por não existir um mercado ativo para negociação deste ativo financeiro, a Companhia mensura seu valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso a concessionária verifique uma mudança no WACC regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. A CEB D entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor.

Portanto, os ajustes decorrentes da diferença entre o WACC de mercado e o WACC regulatório são reconhecidos no patrimônio líquido. Não há saldo registrado em outros resultados abrangentes, uma vez que a Companhia concluiu que naquela data não ocorreu diferença entre essas taxas na data-base destas demonstrações contábeis.

A movimentação do saldo referente ao ativo financeiro indenizável (concessão) para o período de doze meses, mostrada no quadro seguinte:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2017	137.481
Adições	1.968
Baixas	(18)
Ajuste do Ativo Financeiro de Concessão a VNR	5.019
Saldos em 31 de dezembro de 2018	144.450
Adições	1.452
Ajuste do Ativo Financeiro de Concessão a VNR	402
Saldos em 31 de março de 2019	146.304

9. INVESTIMENTOS

9.1 COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Avaliados por Equivalência Patrimonial	547.623	579.617	343.686	334.158
Propriedade Para Investimento			274.420	274.420
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	4.717	4.717	4.637	4.637
Outros	209	211	209	211
Total	552.549	584.545	622.953	613.426

9.2 INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Investidas	Controladora					Valor Contábil	
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB	31/03/2019	31/12/2018
CEB Distribuição S.A.	763.181	200.091	100	100	350.532.450	200.091	267.463
CEB Lajeado S.A.	112.283	309.915	59,93	59,93	82.013.911	93.248	78.199
Corumbá Concessões S.A.	171.516	209.048	45,2	9,3	256.009.911	94.503	87.831
Energética Corumbá III S.A.	121.586	172.304	37,5	25	45.594.783	64.466	62.593
CEB Participações S.A.	21.270	37.929	100	100	41.270.415	37.929	31.592
CEB Geração S.A.	7.575	57.341	100	100	7.575.212	57.341	51.880
Companhia Brasileira de Gás S.A.	5.721	704	17	51	30.600	45	59
Total						547.623	579.617

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Investidas	Consolidado					Valor Contábil	
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas Pela CEB e Controladas		
						31/03/2019	31/12/2018
Corumbá Concessões S.A.	171.516	209.048	47,55	9,30	269.294.911	99.408	92.389
Investco S.A.	6.868	899.060	20,00	20,00	133.563.595	179.812	179.176
Energética Corumbá III S.A.	121.586	172.304	37,50	25,00	45.594.783	64.466	62.593
Total						343.686	334.158

9.2.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

Investidas	31/03/2019			31/12/2018		
	Ativos	Passivos	Receita Líquida	Ativos	Passivos	Receita Líquida
CEB Distribuição S.A.	2.994.021	2.793.930	603.416	3.041.731	2.774.268	2.456.208
Corumbá Concessões S.A.	654.028	444.981	44.942	645.946	451.656	165.750
CEB Lajeado S.A.	359.004	49.089	59.159	328.364	45.361	171.589
Energética Corumbá III S.A.	230.038	57.734	10.195	227.376	60.068	45.491
CEB Participações S.A.	45.036	7.110	7.520	38.662	7.070	15.664
CEB Geração S.A.	70.119	12.777	7.738	90.563	38.682	18.306
Companhia Brasiliense de Gás S.A.	1.573	868	1.338	1.437	646	280

9.2.2 MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

	Controladora							
	CEB Distribuição S.A.	CEB Lajeado S.A.	Corumbá Concessões S.A.	Energética Corumbá III S.A.	CEB Participações S.A.	CEB Geração S.A.	Companhia Brasiliense de Gás S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	320.459	73.095	71.472	62.309	26.795	11.445	129	565.706
Resultado de Equivalência Patrimonial	(33.678)	26.370	18.084	5.212	14.621	56.009	(58)	86.560
Aporte/Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital – AFAC	19.643						(12)	19.631
Equivalência Patrimonial Reflexa – PL de Controladas e Coligadas	(38.961)	(8)						(38.969)
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio		(11.258)	(1.725)	(4.928)	(9.824)	(15.574)		(43.309)
Redução de Capital		(10.000)						(10.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	267.463	78.199	87.831	62.593	31.592	51.880	59	579.617
Resultado de Equivalência Patrimonial	(29.919)	15.049	6.738	1.873	6.337	5.461	(14)	5.525
Equivalência Patrimonial Reflexa – PL de Controladas e Coligadas	(37.453)		(66)					(37.519)
Saldo em 31 de março de 2019	200.091	93.248	94.503	64.466	37.929	57.341	45	547.623

	Consolidado			
	Investco S.A.	Corumbá Concessões S.A.	Energética Corumbá III S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	177.931	75.341	62.309	315.581
Resultado de Equivalência Patrimonial	(6.339)	(1.830)	(4.929)	(13.098)
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	7.584	18.878	5.213	31.675
Saldo em 31 de dezembro de 2018	179.176	92.389	62.593	334.158
Resultado de Equivalência Patrimonial	2.524	7.085	1.873	11.482
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	(1.888)	(66)		(1.594)
Saldo em 31 de março de 2019	179.812	99.408	64.466	343.686

9.3 PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O total da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido da Companhia é de R\$ 217.247, dos quais, R\$ 216.667 são atribuíveis aos acionistas não controladores da CEB Lajeado S.A. e R\$ 580 são atribuíveis aos acionistas não controladores da Companhia Brasileira de Gás S.A..

10. IMOBILIZADO

10.1 MOVIMENTAÇÃO

	Controladora					
	31/12/2018	Aquisições	Baixas	Transferências	Outros	31/03/2019
Imobilizado em Serviços	14.214					14.229
Terrenos	11.036					11.036
Edificações	2.464					2.464
Máquinas e Equipamentos	344	15				359
Equipamento de Informática	127					127
Móveis e Utensílios	243					243
Depreciação Acumulada	(1.078)	(52)				(1.130)
Edificações	(642)	(32)				(674)
Máquinas e Equipamentos	(196)	(9)				(205)
Equipamento de Informática	(4)	(7)				(11)
Móveis e Utensílios	(236)	(4)				(240)
Imobilizado Líquido	13.136	(36)				13.099

	Consolidado					
	31/12/2018	Aquisições	Baixas	Transferências	Outros	31/03/2019
Imobilizado em Serviços	174.354	9.168		(5.547)		177.975
Terrenos	14.124					14.124
Reservatórios, Barragens e Adutoras	13.928					13.928
Edificações	22.036	3				22.039
Máquinas e Equipamentos	46.375	44				46.419
Veículos	24.012					24.012
Móveis e Utensílios	9.316					9.316
Outros	174					174
Imobilizado em Curso	44.389	9.121		(5.547)		47.963
Depreciação Acumulada	(71.794)	(1.188)				(72.982)
Reservatórios, Barragens e Adutoras	(4.777)	(74)				(4.851)
Edificações	(10.100)	(144)				(10.244)
Máquinas e Equipamentos	(32.851)	(357)				(33.208)
Veículos	(18.240)	(499)				(18.739)
Móveis e Utensílios	(5.727)	(107)				(5.834)
Outros	(99)	(7)				(106)
Imobilizado Líquido	102.560	7.980		(5.547)		104.993

A taxa de depreciação aplicada nos ativos da Companhia comumente levam em consideração a estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão, definida pela ANEEL.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. INTANGÍVEL

11.1 MOVIMENTAÇÃO

	Controladora				
	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Outros
Intangíveis - Software	4.706				
Total	4.706				
Amortização Acumulada					
Intangíveis - Software	(735)	(237)			
Total	(735)	(237)			
Intangível Líquido	3.971	(237)			3.734

	Consolidado				
	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Outros
Direito de uso da concessão					
Em serviço	1.165.624	8.046			
Em curso	61.827	940			(435)
Outros Intangíveis					
Em serviço	105.675				
Em curso	54	392			
Direito de Exploração da Concessão	158.946				
Total	1.492.126	9.378			(435)
Amortização Acumulada					
Direito de uso da concessão					
Em serviço	(417.962)	(10.501)			
Outros Intangíveis					
Em serviço	(77.528)	(2.791)			
Direito de Exploração da Concessão	(76.530)	(1.472)			
Total	(572.020)	(14.764)			(586.784)
Intangível Líquido	920.495	(5.386)			(435)

A ANEEL estabelece a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição para efeito de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como adequada para efeitos contábeis e regulatórios.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura da concessão, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

O valor contábil de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Ativo Financeiro Indenizável (concessão).

11.2 DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE CONCESSÃO DE GERAÇÃO

A CEB Lajeado S.A. em conjunto com a EDP Lajeado Energia S.A. e a Paulista Lajeado Energia S.A. são detentoras do direito de exploração de concessão da Usina Luis Eduardo Magalhães, que integra a operação da Investco S.A..

Nos anos de 2005 e 2006 ocorreu a reestruturação societária decorrente do contrato de venda e compra de ações entre a Investco S.A. e seus acionistas. Com a efetivação do negócio, foi reconhecido um ágio no

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

valor de R\$ 158.946, que foi fundamentado como direito de exploração de concessão. Este direito de exploração de concessão será amortizado até o ano de 2032, que representa o fim da concessão.

O saldo em 31 de março de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 podem ser assim mostrados:

	31/03/2019	31/12/2018
Ágio	158.946	158.946
Amortização Acumulada	(78.001)	(76.529)
Saldo Líquido	80.944	82.417

12. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Suprimento de Energia Elétrica			326.176	440.475
Materiais e Serviços	12.565	15.237	50.471	47.224
Encargos de Uso de Rede Elétrica			35.696	36.608
Fornecedores de Gás			769	541
Total	12.565	15.237	413.112	524.848
Circulante	12.565	15.237	397.157	488.018
Não Circulante			15.955	36.830

A rubrica Suprimento de Energia Elétrica é composta pelas obrigações com fornecedores relativas a contratos de cotas (Itaipu, Angra, PROINFA e Usinas com concessão renovada - CCGF), contratos de comercialização em ambiente regulado - CCEAR (leilão), contratos bilaterais que a Companhia mantém com partes relacionadas (CEB Lajeado, Corumbá Concessões e Energética Corumbá III) e Energia Elétrica de Curto Prazo.

12.1 PARCELAMENTO MERCADO DE CURTO PRAZO - MCP

Em agosto de 2018, na 1009ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, de acordo com os termos dos incisos I e VIII do art. 28 da Convenção de Comercialização, instituída pela Resolução Normativa ANEEL nº 109/2004, e dos incisos II do art. 22 do Estatuto Social da CCEE, os conselheiros da CCEE decidiram acatar parcialmente a proposta de parcelamento apresentada pelo agente CEB Distribuição S.A.

De acordo com a decisão, o valor parcelado foi de R\$ 196.397, que deverá ser incluído encargos moratórios de 1% ao mês e atualização monetária pelo IGPM/IBGE, contemplando o período entre a data da liquidação financeira da contabilização de maio de 2018 até a data da liquidação financeira da contabilização em que se iniciar o parcelamento. O referido Parcelamento será amortizados em 16 parcelas mensais, acrescidas de juros e atualização monetária de mesma grandeza.

Em 31 de março de 2019 o saldo devedor da operação é de R\$ 114.871 (Em 31 de dezembro de 2018 – R\$ 127.634).

12.2 PARCELAMENTO ITAIPU BINACIONAL

A Companhia renegociou a dívida de fornecimento de energia elétrica da Usina de Itaipu Binacional, com as Centrais Elétricas Brasileiras, referente às faturas dos meses de março a julho de 2018, no montante de US\$ 31.948, que foram atualizados até a realização do contrato a uma taxa de 0,5%, durante os primeiros 15 dias e de 1%, a partir do 16º dia de cada mês, calculados pro rata die.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor total será amortizado em 18 parcelas mensais e consecutivas, com início em 30/11/2018 e com juros remuneratórios da ordem de 1% ao mês, calculados pro rata die, a partir da assinatura do contrato.

Em 31 de março de 2019 o saldo devedor da operação é de R\$ 103.386 (Em 31 de dezembro de 2018 – R\$ 122.401).

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

13.1 RESUMO DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	99.229	99.462	253.214	281.184
Outros Tributos	853	3.025	419.505	262.142
Total	100.082	102.487	672.719	543.326
Circulante	3.301	5.706	393.957	220.970
Não Circulante	96.781	96.781	278.762	322.356

13.1.1 IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	73.611	73.610	187.763	208.864
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	25.618	25.852	65.451	72.320
Total	99.229	99.462	253.214	281.184
Circulante	2.448	2.681	67.818	65.699
Não Circulante	96.781	96.781	185.396	215.485

A opção de tributação da Companhia e suas controladas CEB Distribuição S.A. e CEB Lajeado S.A. é o lucro real anual com antecipações mensais. As demais controladas optaram pelo regime de tributação lucro presumido.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro seguinte apresenta a apuração resumida do IRPJ e da CSLL em 31 de março de 2019 e em 2018:

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro	2.017	5.566	2.017	5.566	12.219	2.511	12.219	2.511
Resultado das Empresas Tributadas Pelo Lucro Presumido					11.709	(6.533)	11.709	(6.533)
Total do Resultado Tributável	2.017	5.566	2.017	5.566	23.928	(4.022)	23.928	(4.022)
Equivalência Patrimonial	(5.525)	(3.788)	(5.525)	(3.788)	(8.049)	(5.248)	(8.049)	(5.248)
Adições/Exclusões Permanentes	(55)	(6.163)	(55)	(6.163)	1.091	(914)	1.091	(914)
Adições/Exclusões Temporárias	1.417	300	1.417	300	143.842	(26.706)	143.842	(26.706)
Base de Cálculo Antes da Compensação do Prejuízo Fiscal	(2.146)	(4.085)	(2.146)	(4.085)	160.812	(36.890)	160.812	(36.890)
(-)Compensação Prejuízo Fiscal					(32.746)		(32.746)	
Base de Cálculo	(2.146)	(4.085)	(2.146)	(4.085)	128.066	(36.890)	128.066	(36.890)
Alíquota Aplicável	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente								
IRPJ/CSLL – Controladora e Controladas					(29.595)	(4.878)	(10.666)	(1.760)
IRPJ – Lucro Presumido					(472)	(252)	(233)	(132)
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente					(30.067)	(5.130)	(10.899)	(1.892)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	540	109	194	38	22.629	5.884	8.146	2.188
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	540	109	194	38	(7.438)	684	(2.753)	296

13.1.1.1. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	Empresa	Movimentação do período	IRPJ	CSLL
Alíquotas			25%	9%
Controle do Não Faturado e Custos a Faturar Líquido	Controladora	2.158	540	194
Valores a Receber de Parcela "A" - CVA	CEB Distribuição S.A.	94.408	23.602	8.497
Valor Novo de Reposição - VNR	CEB Distribuição S.A.	1.496	374	135
Estimativa Mensal - MCP	CEB Lajeado S.A.	(7.546)	(1.887)	(679)
Total		90.516	22.629	8.146

(i) PASSIVO FISCAL DIFERIDO

A realização dos passivos fiscais diferidos ora registrados ocorrerá por ocasião da venda dos terrenos, pelas realizações do ativo financeiro indenizável e dos ativos e passivos regulatórios.

Os montantes de IRPJ e de CSLL diferidos estão demonstrados no quadro seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	71.163	71.162	136.308	158.432
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	25.619	25.619	49.088	57.053
Total	96.782	96.781	185.396	215.485
Não Circulante	96.782	96.781	185.396	215.485

13.1.2 OUTROS TRIBUTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações – ICMS (nota 29.1)			232.143	61.525
Contribuição Social Para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	341	1.342	69.088	76.269
Programa de Integração Social – PIS	74	292	13.949	15.509
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	44	151	437	633
Parcelamentos de Tributos (a)			103.887	108.152
Outros	394	1.240	1	54
Total	853	3.025	419.505	262.142
Circulante	853	3.025	326.139	155.271
Não Circulante			93.366	106.871

(a) Parcelamento de ICMS - A Companhia assinou contrato de parcelamento da dívida tributária, relativo ao ICMS sobre faturamento.

14. CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A Contribuição de iluminação pública – CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, para custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e logradouros públicos do Distrito Federal.

O custeio do serviço de iluminação pública compreende:

I – despesas com energia consumida pelos serviços de iluminação pública; e

II – despesas com administração, operações, manutenção, eficientização e ampliação do sistema de iluminação pública.

A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e devida ao Governo do Distrito Federal (GDF).

Em 31 de março de 2019, o montante a repassar ao GDF foi de R\$ 110.294 e apresenta a seguinte movimentação:

	FATURADO	ARRECADADO	PARCELADO	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2018	23.817	32.330	44.112	100.259
Faturamento	52.342			52.342
Arrecadação	(50.375)	50.375		
Atualização			374	374
Repasse		(32.330)	(10.351)	(42.681)
Saldo em 31 de março de 2019	25.784	50.375	34.135	110.294

Em 23 de dezembro de 2014, foi publicada a Lei nº 5.434 que estabeleceu medidas de apoio à CEB D, preparatórias à prorrogação do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia. Dentre as medidas adotadas, foi autorizado o parcelamento, em 60 parcelas mensais e sucessivas, do saldo arrecadado e não repassado da CIP nos exercícios de 2013 e 2014, que serão corrigidos pelo INPC, a partir do segundo mês subsequente ao da sua arrecadação, até o mês de início do pagamento do parcelamento. Este saldo corresponde a R\$ 109.508 e as parcelas terão vencimento no 15º dia útil de cada mês.

15. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
Superavit de Baixa Renda (a)	79.987	78.795
Pesquisa & Desenvolvimento e Eficiência Energética (b)	144.005	139.653
Encargos do Consumidor a Recolher (c)	43.837	50.574
Total	267.829	269.022
Circulante	85.511	90.107
Não Circulante	182.318	178.915

(a) SUPERAVIT DE BAIXA RENDA

A aplicação da tarifa social de baixa renda, que causou impacto significativo nas receitas operacionais das concessionárias, foi instituída pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O Decreto nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, foram os instrumentos legais instituídos para regulamentar o processo de subvenção econômica, com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica dos consumidores finais integrantes da subclasse residencial.

O montante apurado refere-se ao valor a ser ressarcido aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. O ressarcimento deve-se ao fato de as tarifas concedidas à Companhia já terem considerado o enquadramento anterior dos consumidores como de baixa renda.

Em função de argumentos apresentados pela CEB D, a Superintendência de Fiscalização Financeira – SFF da ANEEL editou a Nota Técnica nº 167/2016-SFF/ANEEL, de 29 de setembro de 2016, em que conclui pela não desconformidade da Distribuidora no tratamento do passivo de baixa renda ao longo dos processos tarifários correspondentes. Destaca, inclusive, o fato do valor do passivo estar devidamente provisionado nas Demonstrações Financeiras da Empresa. Não obstante, a SFF encaminhou o assunto para o pronunciamento das Superintendências de Regulação dos Serviços de Distribuição – SRD e de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade – SFE, orientando à CEB Distribuição S.A. que não baixasse o valor do passivo até a decisão final da Agência Reguladora.

Em 17 de outubro de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.316/2017, referente ao Reajuste Tarifário Anual de 2017 da CEB D que decidiu compensar na tarifa o saldo remanescente do referido passivo em modicidade tarifária, atualizado pela Taxa Selic até 23 de dezembro de 2013, perfazendo o montante de R\$ 97.631, em quatro parcelas a serem diferidas nos próximos ciclos tarifários.

A Administração da Companhia continua questionando a obrigatoriedade desse passivo. Em 18 de março de 2018, a Companhia obteve liminar que deferiu, parcialmente, o efeito suspensivo ativo para determinar à ANEEL que se abstenha de efetuar a cobrança relativa ao superavit de receita percebido pela Companhia em decorrência dos critérios de delimitação da subclasse residencial Baixa Renda, bem como de abater, reverter e capturar tais valores na receita e nas tarifas da CEB-D, até o julgamento do Agravo de Instrumento.

No Reajuste Tarifário Anual (RTA) de outubro de 2018, em razão da liminar a CEB D solicitou a reversão dos valores capturados no RTA de 2017, além da não inclusão de valores no processo tarifário em questão. Conforme NT nº 222/2018-SGT/ANEEL, a ANEEL resolveu acatar e não incluir nenhuma parcela do financeiro de baixa renda, mas não reverteu os valores capturados de 2017 até a presente data.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segue a movimentação do Superavit de Baixa Renda para o período:

	Consolidado
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	74.036
Atualização	4.759
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	78.795
Atualização	1.192
Saldo final em 31 de março de 2019	79.987

(b) OBRIGAÇÕES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – PEE

A controlada CEB D, por ser uma distribuidora do segmento de energia elétrica, é obrigada a aplicar 1% de sua receita operacional líquida (ROL) em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico.

A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar os investimentos nos programas, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados.

O montante de 1% é destinado aos Programas de Eficiência Energética – PEE; Pesquisa e Desenvolvimento – P&D; ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT; e ao Ministério de Minas e Energia – MME. A participação de cada um dos programas está definida pelas leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15 de março de 2004 e 28 março de 2007, respectivamente.

Sobre o saldo do exigível na conta de P&D e EE – Recursos em Poder da Empresa (ou equivalente) devem incidir juros, a partir do segundo mês subsequente ao faturamento, até o mês de lançamento do gasto na Ordem de Serviço - ODS, ou equivalente, calculados mensalmente com base na taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 754, de 13/12/2016 e nº 830, de 05/11/2018.

A empresa regulada pela ANEEL com obrigatoriedade de atendimento à Lei nº 9.991/2000 que acumular, em 31 de dezembro de cada ano, na Conta Contábil de P&D e ou PEE um montante superior ao investimento obrigatório dos 24 meses anteriores, incluindo o mês de apuração (dezembro), está sujeita às penalidades previstas na Resolução Normativa nº 63/2004.

Para proceder a essa verificação específica, deve-se excluir do saldo da Conta Contábil:

- No caso do P&D os lançamentos relacionados à execução dos projetos em curso, ativo circulante e não circulante, respectivamente; e
- No caso do PEE os lançamentos relacionados à execução dos projetos em curso circulante e não circulante, as receitas provenientes de contratos de desempenho e a diferença entre o valor provisionado para o Procel e o efetivamente recolhido.

Para os rendimentos provenientes da remuneração pela taxa Selic, também acumulados na Conta Contábil de P&D e de PEE, fica estabelecido o horizonte de até 48 meses, a partir da entrada em vigência da Resolução Normativa nº 754/2016 e nº 830/2018 referente ao P&D e PEE, respectivamente, para regularização, de forma a atender ao disposto nos regulamentos, relativos ao acúmulo de valor nessas Contas.

A partir desse horizonte de 48 meses, o saldo da Selic deve ser considerado na verificação do limite de acúmulo nas Contas Contábeis de P&D e PEE, pois compõe o montante de investimentos a realizar em P&D e PEE regulado pela ANEEL.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Visando a efetiva aplicação dos valores acumulados no passivo da Distribuidora, o Plano de Negócios do período de 2019 a 2023 prevê metas para a destinação de recursos para tal fim.

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Programa de Eficiência Energética – PEE	90.071	88.114
Pesquisa e Desenvolvimento – P & D	51.799	49.723
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	1.610	1.397
Ministério de Minas e Energia – MME	525	419
Total	144.005	139.653

(c) ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER

	Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	29.163	29.083
Taxa Fiscalização do Serviço Energia Elétrica	58	53
Demais Encargos Setoriais	14.616	21.438
Total	43.837	50.574

16. DEBÊNTURES

	Consolidado					
	31/03/2019			31/12/2018		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Principal	234.142	15.315	249.457	247.778	15.315	263.093
Encargos	(2.360)		(2.360)			
Custos da Emissão		(296)	(296)		(296)	(296)
Saldo Total	231.782	15.019	246.801	247.778	15.019	262.797

16.1 MOVIMENTAÇÃO DAS DEBÊNTURES

Saldo em 31 de dezembro de 2018	262.797
Encargos incorridos	2.683
Encargos pagos	(5.043)
Amortização principal	(13.636)
Saldo em 31 de março de 2019	246.801

16.2 VENCIMENTOS

O saldo de debêntures tem seus vencimentos assim programados:

Consolidado	2019	2020	Total
CDI + 6,8%	231.782	15.019	246.801

16.3 GARANTIAS NA EMISSÃO DE DEBÊNTURES

Os pagamentos das obrigações contratuais das debêntures emitidas são garantidos pela cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e futuros, vincendos, provenientes de faturas de fornecimento de energia, no período compreendido entre a data da primeira integralização das debêntures até sua liquidação total e dos vencimentos das demais obrigações acessórias.

A primeira emissão de debêntures possui ainda como garantia a alienação fiduciária do imóvel localizado no Setor Noroeste SAI Norte PR 155/1/DF, atualmente classificado como ativo não circulante –

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Propriedade para Investimento, cujo valor de liquidação forçada foi equivalente a 150% do saldo principal das debêntures.

16.4 CONDIÇÕES RESTRITIVAS (COVENANTS)

Os pagamentos das obrigações contratuais das debêntures emitidas são garantidos pela cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e futuros, vincendos, provenientes de faturas de fornecimento de energia, no período compreendido entre a data da primeira integralização das debêntures até sua liquidação total e dos vencimentos das demais obrigações acessórias, tais como: circulação de valores para garantia mínima mensal; e aditamento obrigatório, para a 3ª emissão de Debêntures, para atualização das Unidades Consumidoras dadas em garantias.

Conforme mencionado na nota 36.1, em março de 2019, a Companhia recebeu correspondência da Oliveira Trust, Agente Fiduciário da 3ª emissão de debêntures, notificando a CEB D por descumprimento das obrigações não pecuniárias. Devido a tal fato, o saldo da 3ª emissão foi reclassificado para o curto prazo, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 26, item 74.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado		Encargos
	31/03/2019	31/12/2018	
Eletrobrás	285	327	Juros entre 5% a 8% a.a. 1% a 2% de Tx. Adm. + Variação da UFIR/IGPM
Banco do Brasil S.A (Finame)	760	1.017	4,5% a.a. + TLP
Banco do Brasil S.A (FCO I a IV)	11.231	13.529	Juros de 10% a.a. de atualização pela TLP e com Bônus de Adimplência de 15%, perfazendo 8,5% efetivo a.a.
Caixa Econômica Federal	35.855	43.626	140% do CDI CETIP (durante o período de utilização).
Caixa Econômica Federal/BNDES	23.844	25.965	4,5% a.a + TLP
Caixa Econômica Federal/BNDES	8.055	9.094	4,5% a.a + UMBNDES
Caixa Econômica Federal/BNDES	9.558	11.192	6% a.a
Banco BCV	21	991	6,5% a.a + CDI CETIP
Banco FIBRA	58.123	61.514	4,5% a.a. + CDI
Banco SOFISA	14.889	16.760	4,5% a.a. + CDI
Banco Daycoval	53.569	59.748	4,0 a.a. + CDI
Banco ABC	18.147	20.488	CDI + 5,03% a.a.
Banco Original	9.867	13.682	CDI + 5,04% a.a.
Custo de Transação	(3.636)	(3.670)	
Total	240.568	274.263	
Circulante	52.369	86.069	
Não Circulante	188.199	188.194	

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17.1 PERSPECTIVAS DE AMORTIZAÇÕES

Empréstimos	2019	2020	2021	2022+	Total
ELETROBRÁS	105	113	43	24	285
Banco do Brasil S.A. (FCO II a IV)	3.373	4.335	3.523		11.231
Banco do Brasil S.A.(FINAME)	760				760
Caixa Econômica Federal	14.839	21.016			35.855
Caixa Econômica Federal/BNDES	2.586	4.649	4.678	11.931	23.844
Caixa Econômica Federal/BNDES	3.508	4.547			8.055
Caixa Econômica Federal/BNDES	4.375	5.183			9.558
ABC	5.992	8.333	3.822		18.147
BCV	21				21
ORIGINAL	1.845	5.661	2.361		9.867
FIBRA	412	33.873	23.838		58.123
SOFISA	4.796	6.667	3.426		14.889
DAYCOVAL	9.756	21.092	21.092	1.629	53.569
Total	52.368	115.469	62.783	13.584	244.204
Custo de Transação					(3.636)
Total Líquido	52.368	115.469	62.783	13.584	240.568

17.2 MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Empréstimos e Financiamentos	Custo de Transação	Empréstimos e Financiamentos Líquidos
Saldo em 31 de dezembro de 2018	277.933	(3.670)	274.263
Encargos Incorridos no Período	1.803		1.803
Custo de Transação		34	34
Encargos Financeiros Pagos	(7.904)		(7.904)
Amortizações de Principal	(27.628)		(27.628)
Saldo em 31 de março de 2019	244.204	(3.636)	240.568

17.3 COVENANTS E GARANTIAS

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia, com exceção do financiamento da Eletrobrás, possuem cláusulas restritivas, financeiras e não financeiras de vencimento antecipado e execução de garantias, tais como: inadimplemento; pedido ou decretação de falência; protesto de títulos; liquidação extrajudicial; e alteração do objeto social e/ou composição do seu capital social.

Abaixo temos a discriminação das garantias cedidas por contrato:

Instituições	Garantias
Banco do Brasil	Duplicatas - 100% Recebíveis
Banco do Brasil	Duplicatas - 100% Recebíveis
Banco do Brasil	Duplicatas - 100% Recebíveis
Banco do Brasil	Duplicatas - 100% Recebíveis
Banco do Brasil	Duplicatas - 100% Recebíveis
Caixa Econômica Federal	GDF (ICMS) - CEB Cessão Fiduciária de Receitas
Caixa Econômica Federal	Duplicatas - 100% Recebíveis
BCV	Duplicatas - 150% Recebíveis
FIBRA	Cessão Fiduciária de Receita
FIBRA	Cessão Fiduciária de Receita
DAYCOVAL	Cessão Fiduciária de Receita
SOFISA	Cessão Fiduciária de Receita
BBM-BC	Cessão Fiduciária de Receita
ORIGINAL	Cessão Fiduciária de Receita
ABC	Cessão Fiduciária de Receita
ABC-2	Cessão Fiduciária de Receita

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS

As obrigações societárias representam valores a pagar aos acionistas controladores e não controladores a título de dividendos, juros sobre capital próprio e partes beneficiárias, sobre resultados apurados no exercício corrente e exercícios anteriores.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Governo do Distrito Federal	583	583	583	583
Eletrobrás			5.620	5.620
Partes Beneficiárias (Eletrobrás)			8.229	5.239
Outros Acionistas	5.234	5.302	5.234	5.302
Total	5.817	5.885	19.666	16.744
Circulante	5.817	5.885	19.666	16.744

19. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Provisão de Férias	160	201	12.780	12.317
Provisão de 13º Salário	38		2.187	
Encargos Sobre Provisões			4.760	4.475
Abono Assiduidade			3.248	3.451
Participação nos Lucros			4.064	4.064
Outros			1.331	1.676
Total	198	201	28.370	25.983
Circulante	198	201	28.370	25.983

20. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

20.1 PLANOS DE BENEFÍCIOS

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB, uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC criada em 1976, que têm como objetivos oferecer aos seus empregados planos de benefícios de natureza previdenciária e assistencial, conforme demonstrado a seguir:

Planos	Benefícios	Classificação	Patrocinadora
Plano Complementar de Benefícios Previdenciários	Aposentadoria e pensão	Benefício definido	CEB D
Plano de Benefícios CEBPREV	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida	Multipatrocinado
Plano CEB Saúde Vida (vigência 24/03/2017)	Assistência médica	Contribuição definida	Multipatrocinado
Plano FACEB Saúde Vida (vigência 24/03/2017)	Assistência médica	Contribuição definida	Multipatrocinado
Plano FACEB Família (vigência 24/03/2017)	Assistência médica	Contribuição definida	Multipatrocinado

A Fundação administra dois Planos de Previdência, o plano Complementar de Benefícios Previdenciários, instituído na modalidade de Benefício Definido (BD), fechado para novas adesões; e o plano denominado CEBPREV, na modalidade Contribuição Definida (CD). Este último, por sua vez, não é reconhecido como benefício pós-emprego, uma vez que não são necessárias premissas atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa.

Adicionalmente, a FACEB é uma Operadora de Plano de Saúde, com registro definitivo concedido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, desde fevereiro de 2014. No decorrer do 1º trimestre de 2017, os planos de saúde CEB Assistencial e CEB Saúde foram substituídos pelos Planos CEB Saúde Vida, FACEB Saúde Vida e FACEB Família, principalmente em decorrência da extinção do Plano CEB Assistencial, por força de Acórdão relativo à Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 2014002032055-2.

A modalidade dos novos planos de saúde é de autogestão, estando registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com as seguintes características:

- Plano CEB Saúde Vida: Destinado aos empregados ativos e dependentes e atenderá a CEB e suas controladas. A contribuição mensal levará em consideração a remuneração e a faixa etária. O valor da contribuição mensal devida pelo beneficiário titular não poderá ser inferior a 2% ou superior a 10% da sua remuneração.
- Plano FACEB Saúde Vida: Destinado aos beneficiários, ex-empregados demitidos sem justa causa, pedidos de demissão ou aposentados, extensivo a seus dependentes. A contribuição mensal levará em consideração a faixa etária em que o beneficiário (titular e dependente) se enquadrar.
- Plano FACEB Família: Destinado, exclusivamente, aos familiares dos beneficiários titulares do Plano CEB Saúde Vida e do Plano FACEB Saúde Vida, denominados beneficiários agregados (filhos adotivos ou não que tenham perdido as condições de manutenção nos planos CEB Saúde Vida e FACEB Saúde Vida e os netos dos titulares do Plano CEB Saúde Vida). A contribuição mensal levará em consideração a faixa etária em que o beneficiário se enquadrar.

Para o início da operacionalização dos novos planos de saúde foi necessário o aporte prévio de R\$ 23,8 milhões, sendo R\$ 21,7 milhões para o Plano que atenderá os ex-empregados e R\$ 2,2 milhões para os empregados ativos. Tais aportes visam atender às garantias financeiras exigidas pela Agência Nacional de Saúde – ANS na cobertura da Margem de Solvência dos planos, conforme Resolução Normativa nº 209/2009/ANS.

Os resultados da reavaliação atuarial das obrigações com benefícios a empregados da Companhia e suas controladas estão demonstrados nos quadros seguintes, divididas em função de cada plano previdenciário e de saúde, e foram calculadas com base nas informações prestadas pela Companhia, suas controladas e pela FACEB. Os cálculos atuariais foram realizados em conformidade com o Pronunciamento CPC 33(R1).

As informações que fundamentaram o trabalho atuarial são constituídas de bases cadastrais referentes ao plano previdencial; informações posicionadas em 28 de fevereiro de 2019; e dados sobre a composição do valor justo dos ativos do plano de benefício posicionado em 31 de março de 2019.

20.2 POLÍTICA DE RECONHECIMENTO DOS GANHOS E PERDAS ATUARIAIS

Em atendimento ao disposto na Deliberação CVM 695, todos os ganhos e perdas são reconhecidos no exercício em que foram originados, não restando perdas ou ganhos acumulados.

20.3 DESCRIÇÃO GERAL DAS CARACTERÍSTICAS DOS PLANOS

20.4 PREVIDENCIAIS E DE SAÚDE

20.4.1 PLANO COMPLEMENTAR DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIAIS

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais é constituído na modalidade de benefício definido (BD), oferecendo aos seus participantes e dependentes os seguintes benefícios:

- i. Para os participantes:
 - a. suplementação de aposentadoria por invalidez;
 - b. suplementação de aposentadoria por idade;
 - c. suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
 - d. suplementação de aposentadoria especial;
 - e. suplementação de auxílio-doença;
 - f. abono anual; e
 - g. auxílio-funeral.
- ii. Para os participantes de pecúlio especial:
 - a. Auxílio-funeral; e
 - b. Pecúlio especial.
- iii. Para os dependentes
 - a. suplementação de pensão;
 - b. suplementação de auxílio-reclusão;
 - c. pecúlio por morte; e
 - d. abono anual.

As características, regras de elegibilidade, cálculo e reajuste dos benefícios estão apresentados no regulamento do plano de benefícios.

O custeio dos benefícios é feito mediante contribuições dos participantes, assistidos e das patrocinadoras do plano. A partir de 1º de abril de 2018 começou a ser praticado o plano de equacionamento do déficit atuarial do plano de benefícios, sendo composto por alíquotas de contribuição de patrocinadoras, ativos, aposentados e pensionistas. As alíquotas foram definidas tomando por base os valores do déficit atribuídos a cada contribuinte, calculados com base no sistema Price de amortização, e os valores das folhas de salários e benefícios.

As contribuições do plano de equacionamento foram calculadas com o uso do sistema Price de amortização, considerando-se um prazo máximo de amortização de 217 meses e, nesta avaliação, o valor presente do plano de equacionamento foi obtido considerando-se os valores de contribuições extraordinárias informados no cadastro de cada participante e assistido, a metodologia de amortização do sistema Price, a taxa de juros utilizada nesta avaliação e o prazo remanescente.

20.4.2 PLANO DE BENEFÍCIOS CEBPREV

O Plano CEBPREV é constituído na modalidade de contribuição definida (CD), oferecendo aos seus participantes e dependentes os seguintes benefícios:

- i. Para os participantes
 - a. suplementação de aposentadoria;
 - b. suplementação de aposentadoria antecipada;
 - c. pecúlio por invalidez;

- d. abono anual.
- ii. Para os dependentes
 - a. pecúlio por morte.

As características, regras de elegibilidade, cálculo e reajuste dos benefícios estão apresentados no regulamento do plano de benefícios.

O plano é baseado na capitalização individual e os benefícios são calculados em função dos saldos de conta e pagos por prazo indeterminado e os valores são definidos em quantidades de cotas, os quais são reajustados em função da variação no valor da cota. Os benefícios de risco, originados de eventos de invalidez e morte, também são estruturados como contribuição definida, não existindo qualquer risco para as patrocinadoras.

O custeio dos benefícios é feito mediante contribuições dos participantes, assistidos e das patrocinadoras do plano.

20.4.3 PLANO DE SAÚDE CEB-ASSISTENCIAL

Este plano é administrado pela FACEB como uma autogestão, estando registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Participam do plano os empregados ativos e aqueles vinculados ao programa de demissão voluntária da CEB, bem como os dependentes desses grupos, tendo ainda direito à remissão o cônjuge ou companheiro após o falecimento do titular.

As coberturas do plano permitem enquadrá-lo na segmentação assistencial hospitalar com obstetrícia e odontologia.

O custeio do plano é feito mediante o pagamento de coparticipação pelos usuários, no momento em que utilizam o plano, cujos percentuais são definidos no respectivo regulamento, ficando a patrocinadora com a responsabilidade por complementar os pagamentos dos usuários de forma a custear as despesas do plano.

20.4.4 PLANO DE SAÚDE CEB-SAÚDE

O plano CEB-Saúde também é administrado pela FACEB na forma de autogestão, estando registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Participam do plano os empregados vinculados a qualquer uma das empresas do grupo CEB, denominadas Associadas, por força de relação contratual ou estatutária, pensionistas, ex-empregados ou aposentados que tenham sido vinculados às Associadas, ressalvando-se o disposto no caput dos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/98, bem como os respectivos grupos familiares.

As coberturas do plano permitem enquadrá-lo na segmentação assistencial hospitalar com obstetrícia. Não há cobertura de odontologia.

O custeio do plano é feito por contribuições e coparticipações dos participantes ativos, aposentados e pensionistas, bem como dos respectivos dependentes, e de aportes efetuados pelas Associadas em relação aos seus empregados ativos e respectivos dependentes.

Conforme o regulamento do plano, não há responsabilidades das Associadas e relação às despesas originadas dos aposentados e pensionistas e, portanto, não há passivo relativo a benefícios pós-emprego gerado por este plano e que deva ser reconhecido pela CEB Distribuição S.A..

20.5 RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Os resultados da avaliação atuarial das obrigações com benefícios a empregados da CEB Distribuição S.A. estão demonstrados nos quadros desta nota 20 e foram calculados com base nas informações prestadas pela CEB Distribuição S.A. e pela FACEB, bem como nos cálculos atuariais realizados por atuário independente em conformidade com o Pronunciamento CPC 33(R1).

As informações que fundamentaram o trabalho são constituídas de bases cadastrais referentes ao plano previdencial, informações contábeis posicionadas em 28 de fevereiro de 2019 e dados sobre a composição do valor justo dos ativos do plano de benefício posicionado em março de 2019.

20.6 MÉTODO ATUARIAL

Conforme estabelece o item 67 do Pronunciamento CPC 33(R1), o Método da Unidade de Crédito Projetada (PUC) é aquele que deve ser utilizado na avaliação das reservas e custos dos benefícios estruturados em regime de capitalização, não podendo ser aplicado outro método, seja substitutivo ao PUC, seja para efeito de comparação de resultados.

20.7 PREMISSAS E HIPÓTESES

As premissas e hipóteses utilizadas na presente avaliação foram sugeridas à CEB Distribuição S.A. e aceitas por esta. Sempre que possível, adotou-se as mesmas premissas já em uso nas avaliações atuariais da entidade que administra os planos de benefícios previdenciais e de saúde, de forma a manter compatibilidade com os resultados atuariais obtidos por aquela entidade, uma vez que as premissas e hipóteses por ela utilizadas atendem aos requisitos legais e são adequadas às características dos planos de benefícios por ela geridos. A tábuas de mortalidades geral utilizadas nesta avaliação atuarial produzem expectativas de vida ao nascer iguais a 80,1 anos (tábua masculina) e 84,3 anos (tábua feminina).

Nos quadros seguintes serão apresentadas as premissas e hipóteses utilizadas nos cálculos atuariais. Com relação à avaliação de dezembro de 2018 foram alteradas as seguintes premissas: a) taxa de desconto utilizada no cálculo da obrigação atuarial, que foi modificada de 4,91% a.a. para 4,09% a.a, compatibilizando-a com os rendimentos proporcionados por títulos públicos de mercado (NTN-B com vencimento em 15 de agosto de 2026), conforme pesquisa realizada no site do Tesouro Direto em 29 de março de 2019.

Os montantes no passivo e no resultado, vinculados aos planos de contribuições e benefícios definidos, são os seguintes:

	31/03/2019	31/12/2018
Previdenciário		
Contribuições Para o Plano e Outras Obrigações	1.543	2.814
Plano de Previdência	242.839	204.345
Total	244.382	207.159
Circulante	3.332	2.814
Não Circulante	241.050	204.345

20.8 PLANOS PREVIDENCIÁRIO E ASSISTENCIAL (BD)

As movimentações a valor presente da obrigação com benefício definido são:

	Plano Previdenciário	
	31/03/2019	31/12/2018
Valor Presente das Obrigações Atuariais		
Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Exercício	(1.673.822)	(1.571.007)
Custo do Serviço Corrente	(2.822)	(10.200)
Custo de Juros	(38.331)	(141.326)
Ganhos/(Perda) Atuariais	(100.514)	(52.742)
Benefícios Pagos Pelo Plano	33.064	101.453
Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período	(1.782.425)	(1.673.822)

Análise da obrigação atuarial dos planos:

	Plano Previdenciário	
	31/03/2019	31/12/2018
Valor Presente da Obrigação Atuarial	1.782.425	1.673.823
Valor Justo dos Ativos do Plano	(1.538.049)	(1.466.683)
Valor Presente da Obrigação Coberta	1.538.049	1.466.683
Valor Presente da Obrigação Sem Cobertura	244.376	207.140
Status dos Planos	Parcialmente Fundado	Parcialmente Fundado

As movimentações no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano Previdenciário	
	31/03/2019	31/12/2018
Valor Justo dos Ativos dos Planos		
Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Exercício	1.466.683	1.404.580
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	33.587	125.940
Contribuições Recebidas Pelo Fundo – Patrocinador	1.460	5.867
Contribuições Recebidas Pelo Fundo – Participantes	1.202	5.344
Benefícios Pagos Pelo Fundo	(33.064)	(101.453)
Ganhos/(Perda) Atuariais	68.181	26.405
Valor Justo dos Ativos dos Planos no Final do Período	1.538.049	1.466.683

Conciliação dos valores reconhecidos no balanço:

	Plano Previdenciário	
	31/03/2019	31/12/2018
Valores Reconhecidos no Balanço Patrimonial		
Valor Presente da Obrigação Atuarial Sem Cobertura	244.376	207.140
Passivo/(Ativo) Líquido Reconhecido no Final do Período (Saldo da Dívida com a FACEB)	207.413	140.026
Movimentação do Passivo (Ativo) Líquido Reconhecido no Balanço		
Passivo (Ativo) Reconhecido no Início do Exercício	207.140	126.527
Contribuições Aportadas no Plano	(1.460)	(1.725)
(Ganhos)/Perdas Atuariais	32.332	78.172
Despesas do Exercício	6.364	4.166
Passivo/(Ativo) Reconhecido no Final do Período	244.376	207.140

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os quadros a seguir mostram as estatísticas dos planos de benefícios conforme dados cadastrais:

	Plano Complementar	
	31/03/2019	31/12/2018
Ativos		
Quantidade	336	345
Idade Média	51,60	51,35
Tempo Médio de Serviço (anos)	26,11	26,49
Tempo Médio Esperado de Serviço Futuro (anos)	5,47	5,09
Valor do Salário Médio (R\$)	13.098,05	13.001,56
Aposentados		
Quantidade	1.115	1.152
Idade Média	67,82	67,72
Benefício Médio (R\$)	6.859,34	6.854,77
Pensionistas		
Quantidade	363	364
Idade Média	66,57	66,59
Benefício Médio (R\$)	2.004,00	2.007,33

A maior parte dos ativos está concentrada em investimentos de renda fixa (aproximadamente 95% da carteira).

20.9 PLANO PREVIDENCIÁRIO

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais apresentou um valor presente de obrigação atuarial de R\$ 1.782.425 que ao ser confrontado com o valor justo dos ativos do plano de R\$ 1.538.049 resultou em um deficit de R\$ 244.376, constituindo-se, portanto, em um passivo atuarial. Atualmente, a CEB Distribuição S.A. tem contabilizado em seu passivo o montante de R\$ 207.413, sendo R\$ 2.154 referente às contribuições normais, R\$ 19.521 relativo ao equacionamento do plano BD e R\$ 185.737 referente à provisão atuarial, sendo necessário o ajuste da provisão em R\$ 36.963. Do valor da abrigação atuarial foi deduzido o montante de R\$ 41.976, correspondente ao valor presente das contribuições de ativos e assistidos para amortização do déficit atuarial do plano de benefícios.

O valor justo dos ativos do plano foi informado pela FACEB e, segundo a entidade, está precificado a mercado na posição de 31 de março de 2019. Do ativo total informado pela FACEB (R\$ 1.561.741) foram deduzidos os valores registrados no balancete nas rubricas do exigível operacional (R\$ 7.723); exigível contingencial (R\$ 5.272); e fundos (R\$ 10.696), resultando no valor justo de R\$ 1.538.049, uma vez que essas parcelas do ativo não se destinam à cobertura das provisões matemáticas.

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais se encontra em situação de cobertura parcial do valor presente da obrigação atuarial, conforme demonstrado nos quadros anteriores, tendo apresentado, em 31 de março de 2019, um deficit atuarial. A variação no resultado atuarial, quando comparado com a situação em 31 de dezembro de 2018, se deve, principalmente, aos seguintes fatores: a) alteração da hipótese de taxa de juros atuarial, que provocou aumento da obrigação atuarial em R\$ 160.688, que representa 9,02% da referida obrigação atuarial em 31 de março de 2019; e b) variação em função da experiência, que gerou um ganho de R\$ 60.174.

Os resultados apresentados pelo plano ao longo dos últimos períodos estão listados no quadro seguinte:

	31/03/2019	31/12/2018
Valor Presente da Obrigação Atuarial	1.782.425	1.673.823
Valor Justo dos Ativos do Plano	(1.538.049)	(1.466.683)
Resultado	244.376	207.140

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro a seguir contém a despesa do plano de responsabilidade da patrocinadora, estimada para o exercício de 2019, calculada com base nos custos normais; no custo dos juros incidentes sobre a obrigação atuarial; nos rendimentos esperados do valor justo dos ativos do plano; e nas contribuições estimadas dos participantes e assistidos.

	2019
Custo do Serviço Corrente	10.471
Custo dos Juros	136.583
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(119.680)
Contribuições dos Participantes	(4.568)
Total da Despesa Estimada	22.805

20.10 PLANO DE BENEFÍCIOS CEBPREV

O plano CEBPREV, por ser constituído na modalidade de contribuição definida, não imputa riscos às suas patrocinadoras e, por conseguinte, não gera a necessidade de provisão de benefícios pós-emprego para a CEB Distribuição S.A..

Conforme o balancete desse plano posicionado em 28 de fevereiro de 2019, as provisões matemáticas de benefícios são iguais a R\$ 55.049 e o patrimônio de cobertura do plano é de R\$ 55.049, comprovando o equilíbrio atuarial do citado plano de benefícios. As provisões estão segregadas em Benefício Concedidos (R\$ 1.492) e Benefícios a Conceder (R\$ 53.557). Existe, ainda, fundos previdenciais no montante de R\$ 1.529 para dar suporte à solvência do plano de benefícios.

20.11 PLANO CEB-SAÚDE

O plano CEB-Saúde não gerou provisão de benefícios pós-emprego em função das disposições de seu regulamento que prevêem a participação da CEB Distribuição S.A., bem como das demais associadas, apenas em relação aos participantes ativos e seus dependentes, não lhes imputando responsabilidades em relação aos aposentados e pensionistas.

Dessa forma, não há qualquer provisão de benefícios pós-emprego a contabilizar em função desse plano de saúde.

20.12 PREMISSAS ATUARIAIS

Premissas Atuariais Adotadas	Plano Complementar	
	31/03/2019	31/12/2018
Financeira		
Taxa de Juros Anual Para Cálculo do Valor Presente da Obrigação	4,09%	4,91%
Expectativa de Retorno do Valor Justo dos Ativos do Plano	8,16%	9,01%
Taxa Anual de Inflação	3,91%	3,91%
Taxa Nominal de Crescimento Anual dos Salários	3,91%	3,91%
Taxa Nominal de Crescimento dos Benefícios do Plano	3,91%	3,91%
Demográficas		
Taxa de Rotatividade	0,00%	0,00%
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Ativos	AT-2000 M&F	
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Assistidos	AT-2000 M&F	
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Inválidos	Winklevoss	
Tábua de Entrada em Invalidez	TASA-1927	
Tábua de Morbidez	Não Usada	
Idade de Aposentadoria	Primeira aposentadoria, considerando-se as elegibilidades do regulamento do plano.	
Composição Familiar para Cálculo de Pensão e Reversão		
Ativos	90% casados com cônjuge feminino 4 anos mais jovem.	
Assistidos	Família informada no cadastro.	

20.13 EQUACIONAMENTOS DO PLANO COMPLEMENTAR DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIAIS DA FACEB (PLANO BD)

20.13.1 1º EQUACIONAMENTO

Os estudos atuariais referentes ao exercício de 2016, consubstanciado pelo Parecer Atuarial MERCER GAMA nº 119/2017, estabeleceram que o resultado do Equilíbrio Técnico Ajustado, deficitário no montante de R\$ 154.970, foi superior ao limite máximo de Deficit Técnico Acumulado de R\$ 121.786. A apuração foi baseada na Duração do Passivo de 12,05 anos, resultando em R\$ 33.184 de deficit a ser equacionado.

Sobre essa questão, em 27 de novembro de 2017, o Comitê de Governança das Empresas Públicas da Câmara de Governança Orçamentária, Financeira e Corporativa do Distrito Federal – Governança-DF, por meio do Processo nº 0040.002.239/2017, manifestou-se favoravelmente à aprovação do 1º Plano de Equacionamento do Deficit mínimo apurado no Plano BD.

Tal resultado motivou a contratação do Equacionamento de Deficit, celebrado entre a FACEB e a CEB D, no valor de R\$ 11.423. A amortização será pelo método “Price” em parcelas mensais e sucessivas de valor nominal equivalente a R\$ 83,6; prazo de amortização de 216,9 meses; juros de 5,7% a.a.; capitalização mensal; e correção monetária calculada segundo a variação do INPC-IBGE, com início obrigatório para pagamento da primeira parcela em fevereiro de 2018.

A diferença, no montante de R\$ 21.761, foi suportada pelos participantes ativos; autopatrocinados; aposentados; e pensionistas, conforme determina a legislação.

20.13.2 2º EQUACIONAMENTO DO PLANO COMPLEMENTAR DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIAIS DA FACEB (PLANO BD)

No mês de fevereiro de 2019, a FACEB iniciou os procedimentos para assinatura dos contratos para o 2º equacionamento de desequilíbrio financeiro do Plano de Benefício Definido de Previdência, correspondente ao valor mínimo de R\$ 25.600, que será suprido por meio de contribuições

extraordinárias a serem pagas pelas patrocinadoras; participantes ativos; autopatrocinados; aposentados; e pensionistas, de acordo com a proporção contributiva definida na Resolução MPS/CNPQ nº 14, DE 24 de fevereiro de 2014.

21. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

Os processos judiciais provisionados e não provisionados, são apresentados a seguir:

21.1 PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS PROVISIONADOS

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatório. A Administração reavalia os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus procuradores jurídicos, constitui provisão para as causas cujas expectativas de perda são consideradas prováveis.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Regulatórias			34.660	34.168
Trabalhistas			14.863	11.936
Fiscais	1	1	1	1
Cíveis			4.328	4.667
Total	1	1	53.852	50.772
Circulante			8.324	6.478
Não Circulante	1	1	45.528	44.294

21.2 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

	Controladora		
	Cível	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	95	1	96
Reversão de Provisão	(95)		(95)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		1	1
Saldo em 31 de março de 2019		1	1

	Consolidado				
	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.220	4.419	1	69.539	79.179
Constituições de Provisão	6.395	1.973		5.242	13.610
Baixa/Reversão de Provisão	(388)	(2.158)		(43.327)	(45.873)
Atualização Monetária	709	433		2.714	3.856
Saldo em 31 de dezembro de 2018	11.936	4.667	1	34.168	50.772
Constituições de Provisão	2.408	914			3.322
Baixa / Reversão de Provisão	(30)	(1.298)			(1.328)
Atualização Monetária	547	45		494	1.086
Saldo em 31 de março de 2019	14.861	4.328	1	34.662	53.852
Circulante					8.324
Não Circulante					45.528

(i) DEMANDAS TRABALHISTAS

Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia e suas controladas, envolvendo cobrança de horas extras; adicionais de periculosidade; dano moral; e responsabilidade

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

subsidiária/solidária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados. A atualização das contingências trabalhistas é com base na Taxa Referencial (TR).

(ii) DEMANDAS CÍVEIS

Ações pleiteando indenização por acidentes com a rede de distribuição de energia elétrica; danos morais; além de discussões quanto à relação de consumo, tais como cobrança e corte indevidos; corte por inadimplência; problemas na rede; e questionamentos de valores pagos por consumidores. A atualização das contingências cíveis é com base no INPC.

(iii) DEMANDAS REGULATÓRIAS

As principais contingências regulatórias envolvem a não conformidade nos processos de fiscalização, tais como: ausência de anuência prévia para dação em garantia em empréstimos contraídos pela Companhia; investimentos em consórcio; extrapolação dos limites dos indicadores de qualidade do fornecimento de energia; falta de investimentos no sistema elétrico de distribuição; e fiscalização de procedimentos da atividade comercial. A atualização das provisões regulatórias é com base na taxa Selic.

A Administração da CEB D, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

(iv) DEMANDAS FISCAIS

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais referentes às declarações de compensação não homologadas de tributos (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL). A Companhia busca o reconhecimento do direito de compensação nas esferas administrativa e judicial. A representação judicial da Empresa foi avocada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, em 2013.

21.3 PASSIVO CONTINGENTE – RISCO POSSÍVEL

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. O montante desses processos, em 31 de março de 2019, está reproduzido no quadro seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Fiscais	123.130	124.593	123.130	124.593
Cíveis			2.378	2.373
Trabalhistas			1.156	1.227
Total	123.130	124.593	126.664	128.193

21.4 ATIVO CONTINGENTE – RISCO PROVÁVEL

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais envolvendo riscos de ganho classificados pela Administração como prováveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há ativo constituído. Os montantes desses processos em 31 de março de 2019, estão reproduzidos no quadro seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Fiscais	200	200	200	200
Cíveis	1.931	1.931	25.794	25.811
Total	2.131	2.131	25.994	26.011

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO

	Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
Uso do Bem Público	150	150
Participação Financeira do Consumidor – Valores Não Aplicados (a)	3.252	3.250
Total	3.402	3.400
Não Circulante	3.402	3.400

(a) Valores recebidos antes do início do empreendimento e não aplicados.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.1 CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 566.025 (Em 31 de dezembro de 2018 – R\$ 566.025). As ações são escriturais e sem valor nominal, sendo que as ações preferenciais classes A e B não têm direito a voto.

A composição do capital social subscrito e integralizado, por classe de ações, é a seguinte:

Capital Total em Ações	31/03/2019	31/12/2018
Ações Ordinárias	7.184.187	7.184.178
Ações Preferenciais	7.232.196	7.232.205
Classe A	1.313.002	1.313.002
Classe B	5.919.194	5.919.203
Total	14.416.383	14.416.383
Valor Patrimonial por Ação:		
Patrimônio Líquido	552.346	587.113
Quantidade de Ações	14.416.383	14.416.383
Valor Patrimonial por Ação – Em (R\$)	38,31	40,72

23.2 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Neste grupo estão contabilizados os seguintes eventos:

	31/03/2019	31/12/2018
Custo Atribuído do Ativo Imobilizado	187.869	187.869
Ganho na Variação de Percentual – Corumbá Concessões S.A.	19.892	19.892
Perdas Atuarial – Plano de Previdência	(242.802)	(205.350)
Total	(35.041)	2.411

Neste grupo estão contabilizados os seguintes eventos:

23.2.1 CUSTO ATRIBUÍDO (DEEMED COST)

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial foi constituída em decorrência dos ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, no montante de R\$ 195.191, líquido de efeitos tributários.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem. Em 2009 houve venda de terrenos e a reserva foi realizada em R\$ 6.374, líquido dos efeitos tributários.

Em 2018, outros terrenos foram vendidos e a reserva foi realizada em R\$ 489, líquido dos efeitos tributários.

O efeito decorrente da adoção do custo atribuído em 31 de março de 2019 é demonstrado conforme quadro a seguir:

Terrenos	Controladora / Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.442
Ajustes por Adoção do Custo Atribuído	295.744
Saldo em 1º de janeiro de 2009	297.186
Alienação de Terreno - Exercício de 2009	(11.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2010 e 2011 - Valor Bruto	286.087
Efeito Fiscal (IRPJ/CSLL - 34%) em 31 de dezembro de 2017 - Líquido do Efeito Fiscal	(97.270)
Alienação de Terreno - Exercício de 2018	(1.437)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	286.087
Efeito Fiscal (IRPJ/CSLL - 34%)	(96.781)
Saldo em 31 de março de 2019 - Líquido do Efeito Fiscal	187.869
Saldo em 31 de dezembro de 2018 - Líquido do Efeito Fiscal	187.869

23.2.2 PERDAS ATUARIAIS – PLANOS ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIO

Todos os eventos tratados nestas contas estão descritas na Nota Explicativa nº 20.

23.3 RESERVA DE LUCROS

23.3.1 RESERVA LEGAL

A Reserva Legal é constituída à razão de 5% do Lucro Líquido apurado a cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a Reserva Legal, somada às Reservas de Capital, excederem 30% o Capital Social. A reserva somente é utilizada para o aumento do Capital Social ou para absorção de prejuízos.

23.3.2 RESERVA PARA EXPANSÃO DOS NEGÓCIOS SOCIAIS

A Reserva para Expansão dos Negócios Sociais foi constituída a partir de decisão da AGO, realizada em 30 de abril de 2019, a qual aprovou a destinação da parcela do Lucro Líquido não distribuído, para essa reserva, conforme previsto no Estatuto da Companhia.

23.4 RESULTADO DO PERÍODO

Em 31 de março de 2019, a Companhia apurou um lucro líquido de R\$ 2.751 (R\$ 5.419 em 31 de março de 2018).

24. CONTAS DO RESULTADO

24.1 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Fornecimento de Energia Elétrica			977.999	791.963
Energia de Curto Prazo (a)			105.088	9.706
Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros (b)			(94.809)	12.213
Receita de Construção (c)			6.972	22.710
Aporte de Recursos da CDE			12.540	13.470
Receita de Prestação de Serviços	10.247	7.646	10.873	7.883
Suprimento de Energia			6.025	8.166
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			11.291	8.287
Arrendamento e Aluguéis			8.217	7.941
Receita de Venda de Gás			1.730	1.065
Outras Receitas			357	421
Receita Operacional Bruta	10.247	7.646	1.046.283	883.825
Impostos	(205)	(153)	(196.022)	(160.826)
Contribuições	(960)	(707)	(80.498)	(67.710)
Encargos do Consumidor			(124.252)	(92.123)
Deduções da Receita Operacional Bruta	(1.165)	(860)	(400.772)	(320.659)
Receita Operacional Líquida	9.082	6.786	645.511	563.166

(a) Refere-se principalmente ao aumento do PLD médio de 2019 em relação ao mesmo período do ano anterior, bem como pelo aumento das sobras de energia elétrica ocorridas em 2019.

(b) Refere-se à devolução das sobras de energia elétrica de até 5%, devido ao aumento do PLD ocorrido em 2019, assim como ao acréscimo da amortização dos ativos financeiros setoriais de 2019, referente à constituição de 2018. Outro evento está relacionado à cobertura tarifária de 2019 que está aderente ao nível regulatório.

(c) Em atendimento ao CPC 17, a Companhia contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. Neste primeiro trimestre de 2019, as adições no imobilizado em curso foram menores que as realizadas no ano anterior.

24.2 CUSTO COM SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018
Energia Elétrica Comprada Para Revenda	(339.669)	(283.924)
Energia Elétrica Comprada Para Revenda – Curto Prazo	(3.670)	(24.221)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(63.316)	(81.259)
Amortização do Risco Hidrológico	(554)	(553)
Total	(407.209)	(389.957)

24.3 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Pessoal e Administradores	(3.884)	(3.305)	(52.338)	(55.017)
Serviço de Terceiros	(5.655)	(7.942)	(40.262)	(41.594)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Custo de Construção – Concessão			(6.972)	(22.710)
Depreciação e Amortização	(290)	(41)	(14.596)	(13.909)
(Provisão) Estimada/Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa (a)	(1.417)	5.989	(59.847)	(12.674)
Arrendamento			(9.026)	(6.906)
Material	(1.897)	(76)	(2.369)	(468)
Outras Despesas	(49)	(92)	6.873	(4.389)
Total	(13.192)	(5.467)	(178.537)	(157.667)
Classificados como:				
Custo da Operação			(71.310)	(77.972)
Custo dos Serviços Prestados	(8.146)	(5.515)	(9.082)	(7.103)
Despesas com Vendas	(1.418)	5.989	(62.345)	(28.937)
Despesas Gerais e Administrativas	(3.628)	(5.941)	(35.800)	(43.656)

(a) A variação no consolidado se refere, principalmente, ao reflexo da inadimplência apurada em 2019, quando comparada ao mesmo período do ano anterior.

24.4 OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de Provisão de Benefícios Pós-Emprego			3.322	4.076
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas				12.998
Reversão de Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios			609	4.265
Variação do Valor Justo – Ativo Financeiro Indenizável – VNR			1.496	1.483
Tributos Sobre Outras Receitas			(825)	(610)
Outras Receitas	55		1.169	478
Subtotal	55		5.771	22.690
Outras Despesas Operacionais				
Provisão de Benefícios Pós-Emprego			(3.492)	(4.554)
Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios			(3.322)	(4.376)
Provisão Para Perdas com Depósitos Judiciais			(516)	(740)
PIS/COFINS consumidores a restituir (a)			(11.299)	
Outras Despesas			(11)	(3.673)
Subtotal			(18.640)	(13.343)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	55		(12.869)	9.347

(a) O valor de 2019 se refere, substancialmente, a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS: Por maioria de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), em sessão realizada em 15 de março de 2017, decidiu que o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) não integra a base de cálculo das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Em 12 de junho de 2017, a CEB Distribuição S.A, motivada pela decisão do STF, iniciou ação judicial vinculada ao processo nº 1004984-34.2017.4.01.3400, com petição abordando o pleito de reconhecimento do direito de compensação por tributo, com tributos recolhidos indevidamente com débitos vencidos e vincendos das contribuições para o PIS e para a COFINS, ou com débitos próprios de quaisquer outros tributos ou contribuições.

Com liminar de tutela de urgência deferida em 22 de setembro de 2017, a CEB DIS adquiriu também o direito de não mais incluir o ICMS nas bases de cálculo do PIS/COFINS, com adoção de prática a partir das

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

apurações de outubro de 2017. Em janeiro de 2019, com fulcro na Nota Técnica Conjunta - 001/2019 - SCT/SRG, a CEB DIS, conforme Resolução de Diretoria nº 005/2019, concluiu por aguardar o julgamento definitivo da ação, que só ocorrerá com o trânsito em julgado da sentença, para então repassar a redução das alíquotas efetivas do PIS/COFINS ao consumidor.

24.5 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Receitas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Ativos	375	361	3.470	3.523
Atualização Monetária - Ativos Regulatórios			1.253	
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			6.587	8.442
Rendimentos de Aplicações Financeiras	154	90	1.198	1.047
Multas e Penalidades Aplicadas			169	149
Receita de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	68	132	91	152
Outras Receitas Financeiras			(108)	31
Tributos Sobre Receitas Financeiras	(24)	(21)	(574)	(577)
Subtotal	573	562	12.086	12.767
Despesas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Passivos	(6)	(37)	(11.367)	(3.538)
Encargos de Dívidas			(4.424)	(11.996)
Atualização Monetária - Passivos Regulatórios			(4.997)	(501)
Juros e multa por atraso em pagamentos (a)			(16.667)	(401)
Outras Despesas Financeiras	(19)	(70)	(1.847)	(8.263)
Subtotal	(25)	(107)	(39.302)	(24.699)
Variação Cambial Líquida			(3.444)	(1.592)
Resultado Financeiro	548	455	(30.660)	(13.524)

(a) A variação é decorrente, principalmente, em função de multas e penalidades aplicadas pela Secretaria da Fazenda do Distrito Federal – SEFAZ, relativas ao não repasse do ICMS, das competências de dezembro de 2018, bem como de janeiro e fevereiro de 2019.

25. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

Os acionistas ordinaristas e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação, básico e diluído, foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os acionistas.

25.1 BÁSICO

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

25.2 DILUÍDO

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação, básico e diluído:

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/03/2019	31/03/2018
Lucro Líquido (Prejuízo) Atribuível aos Acionistas da Companhia	2.751	5.419
Lucro/(Prejuízo) Alocado às Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas	1.305	2.571
Lucro/(Prejuízo) Alocado às Ações Preferenciais – Básicas e Diluídas	1.446	2.848
Média Ponderada das Ações em Circulação		
Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas	7.184	7.184
Ações Preferenciais – Básicas e Diluídas	7.232	7.232
Lucro / (Prejuízo) por Ação – R\$:		
Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas	0,1817	0,3579
Ações Preferenciais – Básicas e Diluídas	0,1999	0,3937

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

26.1 CONTROLADORA FINAL

A Companhia é controlada pelo Governo do Distrito Federal – GDF.

26.2 REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

O Grupo não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Remuneração	918	578	1.991	1.833
Demais Benefícios de Curto Prazo	22	184	114	341
Total	940	762	2.105	2.174

A Companhia não concede benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros.

26.3 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações com partes relacionadas da Companhia estão demonstrados conforme a seguir:

26.3.1 OPERAÇÕES DA CONTROLADORA COM SUAS CONTROLADAS

Transações Com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Controladora	
		31/03/2019	31/12/2018
Ativo		62.105	64.527
Contas a Receber, Líquido da PECLD		24.181	26.994
Governo do Distrito Federal	a	24.181	26.994
Demais Ativos		37.924	37.533
Dividendos/JSCP	b	24.118	24.118
CEB Lajeado S.A.		7.130	7.130
CEB Geração S.A.		10.002	10.002
CEB Participações S.A.		3.945	3.945
Corumbá Concessões S.A.		1.718	1.718
Energética Corumbá III S.A.		1.323	1.323
Empréstimos e Financiamentos (Mútuos)		13.783	13.414
Corumbá Concessões S.A.		13.783	13.414
Outras Operações		23	1
CEB Distribuição S.A.		23	1
Passivo		645	645
Dividendos	c	583	583
Governo do Distrito Federal		583	583
Demais Obrigações		1	62
CEB Distribuição S.A.	d	1	62

	Notas	Controladora	
		31/03/2019	31/03/2018
Receitas		10.616	8.002
Receita de Prestação de Serviços		10.247	7.647
Governo do Distrito Federal (a)	f	10.247	7.647
Encargos de Mútuo		369	355
Corumbá Concessões S.A.	g	369	355
(Despesas) / Receita		(1.418)	5.989
(Provisão) / Reversão de Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa		(1.418)	5.989
Governo do Distrito Federal	h	(1.418)	5.989

a) Representa valores a receber por serviços prestados de obras e manutenção da rede de iluminação pública ao Governo do Distrito Federal. Estes serviços são prestados conforme contratos realizados entre a CEB e o GDF;

b) Representa valores a receber de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio decorrentes dos resultados das investidas;

c) Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador;

d) A CEB D possui empregados cedidos à Companhia Energética de Brasília – CEB, que efetua mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais;

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e) Refere-se a valores a pagar de depósitos de faturas de órgãos públicos realizado na conta corrente da Companhia Energética de Brasília – CEB, que serão repassados, através de encontro de contas, à CEB D;

f) Representa a receita pelos serviços de iluminação pública (obras e manutenção do parque) prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias de Governo e Outros). Estes serviços são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo do Distrito Federal – GDF.

g) Diz respeito aos encargos dos empréstimos (mútuos) realizados com a investida Corumbá Concessões S.A. em 2016 e 2017, cujas remunerações correspondem a juros de 1% + IGP-M e a 128% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, respectivamente; e

h) Representa as variações sobre as Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa com o Governo do Distrito Federal – GDF, pelos serviços de manutenção e obras de Iluminação Pública por serviços prestados pela CEB.

26.3.2 OPERAÇÕES DO GRUPO E SEUS ACIONISTAS CONTROLADORES E COLIGADAS

Transações Com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Consolidado	
		31/03/2019	31/12/2018
Ativo		136.880	116.915
Contas a Receber, Líquida da PECLD		113.227	95.822
Corumbá Concessões S.A.	a	424	416
Energética Corumbá III S.A.	a	104	102
Governo do Distrito Federal	b	112.699	95.304
Demais Ativos		23.653	21.093
Dividendos/JSCP	c	9.870	7.142
Corumbá Concessões S.A.		2.535	1.718
Energética Corumbá III S.A.		1.323	1.323
Investco S.A.		6.012	4.101
Empréstimos e Financiamentos (Mútuos)		13.783	13.950
Corumbá Concessões S.A.		13.783	13.950
Outras Operações			1
Governo do Distrito Federal			1
Passivo		137.715	139.411
Fornecedores	d	23.543	25.998
Corumbá Concessões S.A.		18.940	18.240
Energética Corumbá III S.A.		4.603	7.758
Contribuição de Iluminação Pública	e	110.274	110.294
Governo do Distrito Federal		110.274	110.294
Dividendos	f	583	583
Governo do Distrito Federal		583	583
Arrendamento a Pagar		3.315	2.536
Investco S.A.		3.315	2.536

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Consolidado	
		31/03/2019	31/03/2018
Receitas		121.928	98.912
Receita de Comercialização de Energia	a	1.572	459
Corumbá Concessões S.A.		1.262	369
Energética Corumbá III S.A.		310	90
Receita de Prestação de Serviços e Fornecimento de Energia Elétrica	g	130.603	98.453
Governo do Distrito Federal		130.603	98.453
Despesas		(107.668)	(53.365)
Energia Comprada Para Revenda	h	(52.538)	(51.518)
Corumbá Concessões S.A.		(42.267)	(42.183)
Energética Corumbá III S.A.		(10.271)	(9.335)
Encargos de Mútuo		(369)	(355)
Corumbá Concessões S.A.		(369)	(355)
Estimativa de Perdas Com Créditos de Liquidação Duvidosa	i	(54.761)	(1.492)
Governo do Distrito Federal		(54.761)	(1.492)

a) As empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A. são acessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB D e pagam pelo seu uso por meio de tarifas regulamentadas pelo Órgão Regulador;

b) Trata-se do fornecimento de energia elétrica (CEB D) e serviços de iluminação pública (obras e manutenção da rede) da Companhia Energética de Brasília – CEB prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF. Pelo fornecimento de energia elétrica é cobrada a tarifa homologada pelo Órgão Regulador para a classe Poder Público. Pelos serviços de obras e manutenção da rede de iluminação pública, a cobrança é feita com base em contratos firmados entre a CEB e o Governo do Distrito Federal – GDF;

c) Representa valores a receber de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio sobre o resultado das coligadas;

d) A CEB D tem contratos bilaterais de suprimento de energia com as empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A.;

e) A Contribuição de Iluminação Pública – CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e nos logradouros públicos do Distrito Federal. A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e é devida ao Governo do Distrito Federal – GDF a partir da sua arrecadação;

f) Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador;

g) Representa a receita decorrente do fornecimento de energia, prestação de serviços pela arrecadação da CIP e dos serviços de iluminação pública (obras e manutenção do parque) prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias de Governo e Outros). Estes serviços são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo de Distrito Federal – GDF.

h) A CEB D tem contratos bilaterais de suprimento de energia com as empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A.; e

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

i) Representam as provisões/reversões das Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa com o Governo do Distrito Federal – GDF (vencidos há mais de 90 dias), cuja natureza do serviço inclui o fornecimento de energia elétrica registrado na CEB D e serviços de manutenção e obras de iluminação pública prestados pela CEB.

27. CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	2.017	5.566	27.723	25.812
Ajustes ao Lucro/ (Prejuízo) do Período				
Depreciação e Amortização	290	41	14.596	13.909
Resultado de Equivalência Patrimonial	(5.525)	(3.788)	(11.485)	(14.443)
Receita de Construção			(6.972)	(22.710)
Custo de Construção - Concessão			6.972	22.710
Constituição/Reversão Estimativa de Perda com créditos de liquidação duvidosa	1.417	(5.989)	59.847	12.674
Encargos da Dívida				11.996
Atualização a Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável			(402)	(1.483)
Atualização Monetária – Contingências			1.086	
Atualização Monetária – Mútuo		(355)		(355)
Atualização Monetária – Contribuição de Iluminação Pública			374	
Custo de Transação com Empréstimos			(34)	455
Provisões/Reversões de Riscos Trabalhista, Cível e Fiscais			2.713	111
Dividendos Recebidos		(132)		(152)
	(3.818)	(10.223)	65.609	22.712
(Acréscimos)/Decréscimos nos Ativos Operacionais				
Contas a Receber	1.841	6.963	61.613	61.145
Estoques	29	(26)	38	128
Aplicações Financeiras			(76)	(53)
Depósitos e Bloqueios Judiciais			645	1.307
Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros			149.917	16.569
Tributos e Contribuições Compensáveis	(994)	(136)	(1.297)	(2.275)
Demais Créditos	33	(83)	19.958	19.720
	909	6.718	230.798	96.541
Acréscimos/(Decréscimos) nos Passivos Operacionais				
Fornecedores	(2.672)	389	(111.736)	29.073
Obrigações Tributárias	(2.405)	(3.000)	(129.393)	6.652
Contribuição de Iluminação Pública			10.035	(8.680)
Encargos Regulatórios			(1.193)	19.924
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(3)	10	2.387	4.848
Obrigações Societárias	(68)		2.922	1.100
Valores a Pagar de Parcela A e Outros Itens Financeiros			(38.271)	(62.317)
Benefícios Pós-Emprego			(8.616)	(71.451)
Obrigações Vinculadas a Concessão			(14.241)	(24.023)
Demais Obrigações	923	(572)	16.137	(1.607)
	(4.225)	(3.173)	(271.969)	(106.481)
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais				
Recebimento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio		132		132
Pagamento de Encargos da Dívida			(1.803)	(12.014)
		132	(1.803)	(11.882)

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades Operacionais	(5.117)	(980)	51.444	26.702
---	---------	-------	--------	--------

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

O Grupo possui quatro segmentos divulgáveis de unidades de negócios estratégicas. Para cada um deles, a Administração analisa os relatórios internos periodicamente. O resumo seguinte descreve as operações dos segmentos reportáveis:

- Distribuição e comercialização de energia elétrica: tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da CEB Distribuição S.A.;
- Geração de energia: tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas. Atua por intermédio da CEB Geração S.A.;
- Comercialização de energia elétrica: tem como atribuição a comercialização de energia. Atua por intermédio da CEB Lajeado S.A. e CEB Participações S.A.; e
- Outros – Neste segmento está a Companhia Energética de Brasília – CEB: que tem como atribuições a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a prestação de serviços de expansão e manutenção do parque de iluminação pública do Distrito Federal; e a Companhia Brasileira de Gás S.A., que tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado.

Informações referentes a cada segmento reportável para os períodos findos em 31 de março de 2019 e em 31 de março de 2018 estão incluídas no quadro seguinte:

28.1 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

	Exercício findo em 31/03/2019					
	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado
ATIVOS DO SEGMENTO (Líquido)	1.168.801	8.166	100.872	17.003		1.294.842
Adições (reduções) aos ativos do Segmento no Exercício	2.981	1.001	(1.225)	(128)		(3.019)
INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES			184.717	552.551	(388.735)	348.533
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	603.416	7.738	66.680	10.420	(42.741)	645.513
Custo com Energia Elétrica	(444.495)	(387)	(5.068)		42.741	(407.209)
Custo de Operação	(58.576)	(181)	(11.294)	(1.259)		(71.310)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(87)	(835)	(15)	(8.145)		(9.082)
Lucro Bruto	100.258	6.335	50.303	1.016		157.912
Receitas/ (Despesas) Operacionais	(104.130)	(766)	1.827	361	3.179	(99.529)
Despesas com Vendas	(60.927)			(1.418)		(62.345)
Despesas Gerais e Administrativas	(30.058)	(766)	(1.175)	(3.801)		(35.800)
Resultado de Equivalência Patrimonial			2.870	5.525	3.090	11.485
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(13.145)		132	55	89	(12.869)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro	(3.872)	5.569	52.130	1.377	3.179	58.383
Receitas (Despesas) Financeiras	(32.701)	258	1.231	552		(30.660)
Receitas Financeiras	9.809	347	1.353	577		12.086
Despesas Financeiras	(39.066)	(89)	(122)	(25)		(39.302)
Variação Cambial	(3.444)					(3.444)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes dos Tributos	(36.573)	5.827	53.361	1.929	3.179	27.723
Imposto de Renda e Contribuição Social	6.653	(365)	(17.214)	734		(10.192)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(25.954)	(365)	(14.647)			(40.966)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	32.607		(2.567)	734		30.774
Lucro / (Prejuízo) do Período	(29.920)	5.462	36.147	2.663	3.179	17.531
Atribuído aos Acionistas Controladores						2.751
Atribuído aos Acionistas não Controladores						14.780

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Exercício findo em 31/03/2018					
	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado
ATIVOS DO SEGMENTO (Líquido)	1.175.518	7.539	107.295	17.707		1.308.059
Adições (reduções) aos ativos do Segmento no Exercício	(3.125)	(19)	(5.112)	(1.009)		(9.265)
INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES			181.892	535.43	(386.149)	331.227
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	548.316	4.082	33.563	7.609	(30.405)	563.166
Custo com Energia Elétrica	(417.667)	(371)	(2.323)		30.405	(389.957)
Custo de Operação	(68.739)	(172)	(8.305)	(756)		(77.972)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(458)	(790)	(340)	(5.515)		(7.103)
Lucro Bruto	61.452	2.749	22.594	1.338	(0)	88.134
Receitas/ (Despesas) Operacionais	(61.638)	(469)	694	3.648	8.971	(48.796)
Despesas com Vendas	(34.925)			5.989		(28.937)
Despesas Gerais e Administrativas	(35.597)	(469)	(1.457)	(6.130)	(1)	(43.655)
Resultado de Equivalência Patrimonial			1.686	3.789	8.972	14.447
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	8.884		465			9.349
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro	(186)	2.279	23.285	4.986	8.971	39.336
Receitas (Despesas) Financeiras	(13.546)	118	(559)	462		(13.524)
Receitas Financeiras	11.585	60	553	532		12.730
Despesas Financeiras	(23.539)	58	(1.112)	(70)		(24.662)
Variação Cambial	(1.592)					(1.592)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes dos Tributos	(13.731)	2.398	22.725	5.449	8.971	25.812
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.410)	(172)	(7.295)	(147)		(15.024)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente		(172)	(6.850)			(7.022)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	(7.410)		(445)	(147)		(8.002)
Lucro / (Prejuízo) do Período	(21.142)	2.226	15.431	5.302	8.971	10.788
Atribuído aos Acionistas Controladores						5.419
Atribuído aos Acionistas não Controladores						5.369

29. EVENTO SUBSEQUENTE

29.1 POSTERGAÇÃO DO PRAZO DE RECOLHIMENTO DO ICMS

No dia 25 de abril de 2019, o Governo do Distrito Federal promulgou o Decreto nº 39.788 que altera para o dia 9 de janeiro de 2020, o prazo de recolhimento do ICMS, de que trata o inciso VII do art. 74 do Decreto 18.995/1997, relativamente aos fatos geradores ocorridos no mês de março de 2019 praticados pelas empresas distribuidoras de energia elétrica.

Adicionalmente, conforme evidenciado na Nota explicativa nº 24.5, a CEB DIS procedeu o parcelamento dos ICMS da competência dezembro de 2018, assim como de janeiro e fevereiro de 2019.

29.2 CONDIÇÕES RESTRITIVAS (COVENANTS) DA TERCEIRA EMISSÃO DAS DEBÊNTURES

Em março de 2019, a CEB Distribuição S.A. recebeu correspondência da Oliveira Trust, Agente Fiduciário da 3ª emissão de debêntures, notificando a CEB DIS por descumprimento das obrigações não pecuniárias. Em 07 de maio de 2019, foi realizada a Assembleia Geral dos Debenturistas (AGD), em que se definiu pela suspensão para concessão de prazo adicional de negociações e eventuais aprovações de matérias constantes da ordem do dia. A CEB DIS está tomando todas as providências necessárias para regularizar as pendências existentes.

Brasília, 15 de maio de 2019.



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO GARCIA
Diretor-Presidente

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO
Diretor Técnico

FAUSTO DE PAULA MENEZES BANDEIRA
Diretor de Planejamento e de Gestão de Riscos

ALEXANDRE GUIMARÃES
Diretor Administrativo-Financeiro e de
Relações com Investidores

MARLY GOMES ARAÚJO
Contadora
CRC - DF 7901/O-8